

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 89, DE 2023
(Do Poder Executivo)
MSC 672/2022
OF 692/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.654, de 19 de maio de 2021, que renova a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 672

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 1.090, de 16 de outubro 2020 - Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, no município de Contagem - MG;

2 - Portaria nº 1.101, de 16 de outubro 2020 - Associação Comunitária de Comunicação de São Bento, no município de São Bento - PB; e

3 - Portaria nº 2.654, de 19 de maio 2021 - Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, no município de São José do Seridó - RN.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.



Brasília, 8 de Setembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.009357/2019-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3020/2021, com aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 2654 de 19 de maio de 2021, publicada em 19 de maio de 2021, que renova a outorga da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó (C.N.P.J. nº 05.640.770/0001-12), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 2654, DE 19 DE MAIO DE 2021

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos n.º 53000.014539/2004 e n.º 01250.009357/2019-92, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de abril de 2019, a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, inscrita no CNPJ n.º 05.640.770/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 31/05/2021, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7368605** e o código CRC **4BDBF544**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/06/2021 | Edição: 105 | Seção: 1 | Página: 7
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 2.654, DE 19 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos n.º 53000.014539/2004 e n.º 01250.009357/2019-92, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de abril de 2019, a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, inscrita no CNPJ n.º 05.640.770/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19141/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.009357/2019-92.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/09/2021, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8091687** e o código CRC **DC9A4466**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2812/2019/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **01250.009357/2019-92**.

Processo de Outorga nº: **53000.014539/2004**.

Assunto: **AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA. NOTIFICAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo foi instaurado em atenção ao **caput** do art. 6º-B da Lei nº 9.612, 19 de fevereiro de 1998 (incluído pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017) e trata da renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó**, na localidade de **São José do Seridó / RN**, por meio da Portaria nº 508, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/09/2007, e do Decreto Legislativo nº 83, publicado no DOU de 20/04/2009.

ANÁLISE

2. A outorga para o Serviço terá vigência até o dia 20/04/2019.

3. De acordo com o **caput** do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 1998 (incluído pela Lei nº 13.424, de 2017), a Radiodifusora teria “entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência” para solicitar a renovação da outorga. No entanto, até esta data, não consta manifestação da Entidade nesse sentido.

4. Assim, em atenção ao **caput** do art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 1998 (incluído pela Lei nº 13.424, de 2017), notifica-se a Entidade que se manifeste acerca do interesse na renovação da outorga e, em caso positivo, apresente os seguintes documentos:

PREVISÃO NORMATIVA	DISPOSITIVO	DOCUMENTO
Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada nas Portarias nº	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes
	Art. 130, § 1º, inciso II	Estatuto social atualizado, nos termos do art. 40, e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes*

alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116
	Art. 130, § 1º, inciso VI	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento

* De acordo com o § 3º do art. 22 da Portaria, a prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: (I) certidão de nascimento ou casamento; (II) certificado de reservista; (III) cédula de identidade; (IV) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (V) carteira profissional; (VI) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou (VII) passaporte.

5. Ressalta-se que, conforme previsão do § 3º do art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 1998 (incluído pela Lei nº 13.424, de 2017), na hipótese de a Entidade se manifestar positivamente no interesse da renovação, estará sujeita à “sanção de multa enquadrada como infração média, segundo as regras do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962”.

6. Por outro lado, “Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo intempestiva a resposta, o Poder Concedente aplicará a **perempção**, nos termos da legislação vigente”, conforme previsão do § 5º do art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 1998 (incluído pela Lei nº 13.424, de 2017).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, notifica-se a Radiodifusora para se manifestar, **no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica.

8. Oportunamente, informa-se que caso o pedido de renovação já tenha sido encaminhado esta Nota Técnica deverá ser desconsiderada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 27/02/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/02/2019, às 15:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3880139** e o código CRC **720B2706**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.009357/2019-92

SEI nº 3880139



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 6092/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da **Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó** (CNPJ nº 06.182.931/0001-34)

Rua João Fernandes S/Nº - Centro
59.378-000 São José do Seridó / RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.009357/2019-92.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2812/2019/SEI-MCTIC**, que trata da ausência de pedido de renovação da outorga encaminhado por essa Entidade.

2. Portanto, com base no art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, incluído pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e encaminhe a documentação pendente, sob pena de **perempção da outorga**, nos termos do § 5º do mesmo dispositivo.

3. Além disso, informo que de acordo com o § 3º do art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 1998, "em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo as regras do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962".

4. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/02/2019, às 15:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3880199** e o código CRC **C6823940**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6092/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.009357/2019-92 - Nº SEI: 3880199

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
RUA: MANOEL SABINO, 551, CENTRO, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
CEP: 59.378-000

Ofício nº 15/2019

São José do Seridó/RN, 01 de março de 2019

Aos senhores (as)

Samir Amando Granja Nobre Maia

Nicia Gonçalves de Faria

Representante do Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação – Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900/Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Assunto: Encaminhamento de documentos pessoais das pessoas que compõem o conselho comunitário de radiodifusão comunitária.

Vendo através deste encaminhar os documentos pessoais das pessoas que compõem o conselho comunitário de radiodifusão comunitária, conforme peço por este ministério em prazo indeterminado.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 12/03/19 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição



ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS
Presidenta

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.784.095 DATA DE EXPIRAÇÃO 10.10.96

Joel Dantas
Pedro Dantas
Maria José Dantas

São José do Seridó-RN 14-06-1978

Cert. Nasc. nº 241 do Liv-A-8
Fls-180 Cert. São José do Seridó

Assinatura: *Joel Dantas*

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SECTO-RIAL DE IDENTIFICAÇÃO
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: *Joel Dantas*

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: JOEL DANTAS

Nº de inscrição: 011901474-24 Data de Nascimento: 14/06/78



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. Vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: *Joel Dantas*

JOEL DANTAS

SER P

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em 02/02/00

DADOS DO CLIENTE

JOEL DANTAS

Source: <http://www.irs.gov/efile/efilefaq.html>.

64 SERIDO 80 CS-

CPF 011.901.474-24

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

ZONA RURAL/AREA RURAL
SACI JOSE DO SERIDO RN
59378-000

CONTA CONTRATO MÊS/ANO

7012168140 12

Nº DA SOLICITAÇÃO	NOME	ENDEREÇO
017388700	ÚNICA	27/12/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
27/12/2018	3011142018	2673888

7012168149	12/2018
DATUM DE VINCENOSTO	DATUM DE VINCENOSTO
07/01/2019	28/01/2019
TOTAL A VINCENOSTO	
	68.44

DECEMBER 22, 2011

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
Consumo Água (MWh)	100,0000000	0,01149418	61,14
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,12
Contrib. Sum. Pública Municipal			4,81
Multa por atraso-NF 014454881 - 26/10/18			1,39
Juros por atraso-NF 014454881 - 26/10/18			0,68
Atualização IGPM-NF 014454881 - 26/10/18			0,33

TOTAL DA FATURA

58.44

Nº DO INDICADOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (R\$)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
2141009000	CAT	27/01/2018	765,00	27/01/2018	630,00	30	1,00000		63,00
2141009000	ORT	27/01/2018	360,00	27/01/2018	441,00	30	1,00000		43,00

* treated as constant

NOVEMBER 21, 1964

Mês/Ano SPN			BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPORTE	
DEZ 18 100						Fatura pelo mínimo de taxa
NOV 18 100		ICMS	R\$ 26	18,00	11,00	- Custo de Despesa com
OUT 18 100		PIS	R\$ 26	0,65	0,36	Adm. (R. Recuperação Ativa)
SET 18 100		Cofins	R\$ 26	3,77	1,89	#140210
AGO 18 100						
JUL 18 100						
JUN 18 100						
MAY 18 100						
ABR 18 100						
MAR 18 100						
FEV 18 100						
JAN 18 100						
DEZ 17 100						

Caravana Alvo (Mh)

0,4821000

95E5 F32B 2243 45C5 5D88 3C1A C13A 4B3F

[illegible][illegible]

ATENÇÃO: A COSEMI INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CUSTA

Venda	Entrada	Valor	Venda	Entrada	Valor
06/12/8	27/12/8	71,82			

Este comunicado NÃO substitui o texto de caráter orientador e NÃO contém qualquer recomendação oficial. Cabe ao usuário do sistema avaliar a pertinência por ele feita de seu sistema, podendo ocorrer o cancelamento do contrato, podendo também existir cobrança conforme as condições previstas no Art. 9º RNE e Manual. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de reclamações de crédito SPC e SERASA.

As condições gerais de
financiamento (Planoquin) AMPLI-
ARÃO O SEU negócio, produção,
serviços prestados e tributos na
empresa à disposição, para
contá-la, melhorando condições de
atendimento e no site
www.ampliar.com.br

DISORDERS OF PERCEIVING AND ATTENDING

Abstract

	COMANDO	VALOR ANOMALIA 10/02/19	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (%)	
							MINIMO	MAXIMO
DIS	ACAR	0,00	10,73	21,46	42,92	220	202	231
FIG		0,00	7,58	15,19	30,39	380	346	396
EMQ		0,00	5,78	0,00	0,00			

Linha TARE 14,50 E-622- Volta do Brilho do Lado do Sistema de Distribuição. -R\$ 12,71

© 2000 Blackwell Science Ltd

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.273.521-2a Via 10.07.199

Nome: Luciane Alves Chianca Pereira

Filhos de: José de Araújo Chianca

Terezinha Alves do Nascimento Chianca.

NATURALIDADE: J. do Seridó-MN 24-01-1972

Cert. de Cas. nº 210 do Liv-01

Fls-058 Cart. de J. do Seridó-MN

CPF 812 618 964 91

Rosmary de Santos Santiago

SEB. COORDENADOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO





POL. ESCR. DIRETO

Luciane Alves Chianca Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Manoel, 150, Delfino, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.190/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

JOSE PEREIRA DIAS

CPF: 378.065.804-68

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA FRANCISCA MACEDO DE MEDEIROS
31

NOVA BONITA/AREA URBANA
SAO JOSE DO SERIDO RN
59378-000

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
020408183	ÚNICA	26/03/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
26/03/2019	3000246347	1451033

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0856299244	02/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISORIAL DE VENCIMENTO
07/03/2019	28/03/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	111,28

DISTRIBUIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(MWh)	168,0000000	0,52737720	103,30
Contrib. Ilum. Pública Municipal			7,98
TOTAL DA FATURA			111,28

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR LEITURA	DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWh)
00327803	CAI	25-01-2019	37.388,00	26-03-2019	37.455,00	38	1,0000		168,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano KWh
FEV 19 158
JAN 19 150
DEZ 18 104
NOV 18 185
OUT 18 185
SET 18 152
AGO 18 184
JUL 18 131
JUN 18 251
MAY 18 89
ABR 18 146
MAR 18 187
FEV 18 167

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPORTE
ICMS	18,00	18,59
PIS	0,80	0,87
COFINS	3,00	4,01

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	10,53	34,74%
Transmissão	5,26	5,00%
Distribuição (Cosern)	24,82	24,12%
Perdas de Energia	5,70	5,40%
Encargos Setoriais	7,92	8,80%
Tributos	23,47	23,72%
Total	103,30	100%

RECORRIDO AO FISCAL

EDNE B0C3 3EDE 67D7 ZC88 0ER0 5AAB F885

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no prazo mais curto de vencimento e sem juros e sem multa de mora, caso não seja pago no prazo de vencimento, a Cosern não se responsabiliza por atrasos e juros. O pagamento desta fatura não garante o fornecimento de energia elétrica. A fatura é emitida em nome do titular da conta e não pode ser transferida para terceiros. O cliente é responsável por manter a fatura atualizada e por pagar a fatura no prazo de vencimento. O cliente é responsável por manter a fatura atualizada e por pagar a fatura no prazo de vencimento. O cliente é responsável por manter a fatura atualizada e por pagar a fatura no prazo de vencimento.



Ao concluir a geração de energia elétrica, a Cosern não se responsabiliza por danos materiais ou pessoais decorrentes de acidentes ou de falhas de equipamentos. A Cosern não se responsabiliza por danos materiais ou pessoais decorrentes de acidentes ou de falhas de equipamentos.

DISTRIBUIÇÃO E PRECISÃO DAS MEDIÇÕES

CONSUMO	VALOR APRESENTADO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE MÁXIMO
ACAR	0,00	5,43	12,08	21,73
ELC	0,00	3,30	9,80	13,30
CMSC	0,00	3,11	0,00	0,00

Limite DCR: 12,22

ELC: Valor de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 30,37

NÍVEL DE TENSÃO

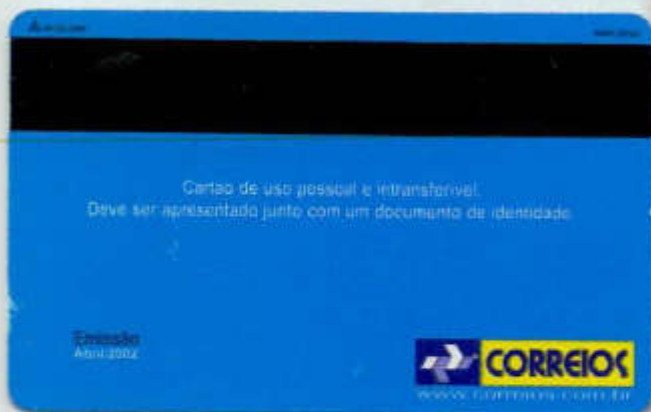
TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	202 - 231

CONTA CONTRATO MÊS/ANO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)

0856299244 02/2019 07/03/2019 111,28

83870000001-0 11280038400-8 85629924420-9 01218966223-2







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Bairro Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20555198-0 | www.cosern.com.br

01000130 CLIENTE
JOAO BERNARDINO NETO

01000130 CLIENTE
S/BADIARUCO 10 SN

CPF: 114.535.268-54

BADIARUCO AREA RURAL
SÃO JOSE DO SERIDO RN
59378-000

CLASSIFICAÇÃO
B2 RURAL
RESIDÊNCIA DE TRABALHADOR RURAL
Mônica 11

CONTA CONTRATO 7002246702 MÊS/ANO 09/2015
DATA DE VENCIMENTO 30/09/2015 DATA RECEITA PRÓXIMA LEITURA 24/10/2015
TOTAL A PAGAR (R\$) 99,79

Nº DA NOTA FISCAL 001140883 SERIE ÚNICA EMISSÃO 23/09/2015

APRESENTAÇÃO Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
23/09/2015 3010235642 1451456

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo (kWh)	0,33066532	79,01
Atresck 10 Bandeira VERMELHA		13,94
Cobrança de ICMS sobre Subvenção GDE		5,88
Multa por atraso NF 001151646 - 25/09/15		1,94
Juros por atraso NF 001151646 - 25/09/15		0,22
TOTAL DA FATURA		99,79

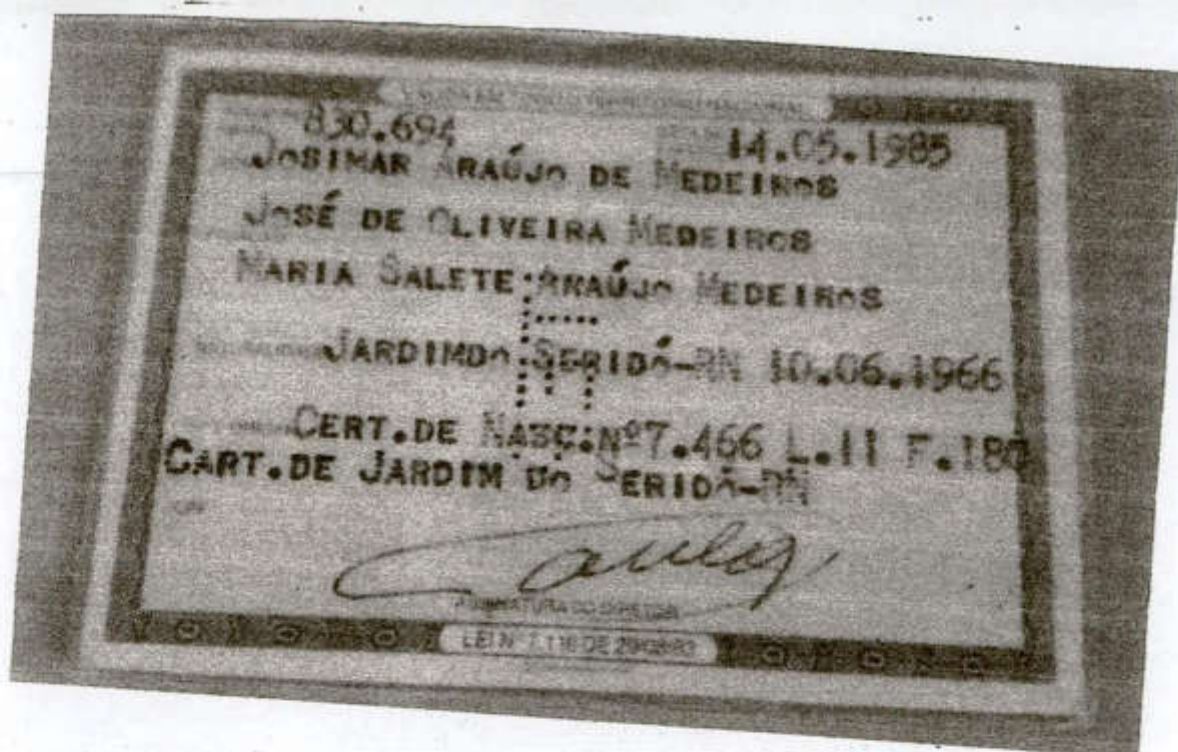
Nº DO MEDIDOR	Tipo da Função	Anterior	Atual	Nº DE	Constante	Ajuste	Consumo (kWh)
1755514	CAI	23438,00	23461,30	29	1,00000		236,30

Composição do Consumo	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Valor
Gerção de Energia	41,50	15,83		45,23
Transmissão	1,50	0,55		2,06
Distribuição (Consumo)	28,07	10,57		28,36
Energia Solarizada	3,82	1,34		3,94
Tratamento	18,75	6,92		20,70
Total	93,58	34,22		100,00

Informações importantes: O pagamento da conta de Energia Elétrica deve ser feito com antecedência em relação ao vencimento da conta. O cliente deve manter a conta em dia para evitar o corte de energia. O cliente deve manter a conta em dia para evitar o corte de energia.



CONSUMO	VALOR	LIMITE	LIMITE	LIMITE	TENSÃO	LIMITE	LIMITE
CONSUMO	0,33	1,31	2,03	44,07	220	203	231
CONSUMO	0,33	1,31	2,03	44,07	220	203	231
CONSUMO	0,33	1,31	2,03	44,07	220	203	231







COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59013-000
CNPJ: 08.334.319/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.426-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4582

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

415
34734280

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 14/12/2018 ÀS 15:42:04

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA:	MÊS/ANO		
JOSIAR ARAUJO DE MEDEIROS RUA ELZA DANTAS, N. 337 - SAO JOSE SERIDO SAO JOSE DO SERIDO RN 59378-000		8578117	12/2018		
INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS		
450.001.110.0001.001	1	19	RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO		
HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO			
Y12H016794	LIGADO	LIGADO			
CONSUMO ÁGUA (M3): 8		DATA LEITURA: 14/12/2018			
		LEIT. ATUAL: 544			
		LEIT. ANT.: 536			
		DIAS CONSUMO: 28			
HISTÓRICO DE CONSUMO					
REF	CONSUMO	REF	CONSUMO		
11/2018 9	09/2018 10	07/2018 10	06/2018 9		
10/2018 8	08/2018 11				
DESCRICAÇÃO		CONSUMO	TOTAL(R\$)		
ÁGUA					
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)					
CONSUMO DE ÁGUA		8 M3	39,99		
ESGOTO					
35.0% DO VALOR DE ÁGUA			14,00		
TRIBUTOS					
PIS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO		
COFINS	53,99	1,65	0,89		
	53,99	7,6	4,10		
VENCIMENTO: 24/12/2018		TOTAL A PAGAR: 53,99			
O EXERCITO ESTA CONVOCANDO PARA O EXERCICIO DE APRESENTACAO DA RESERVA, DE 10 A 14 DE DEZEMBRO DE 2018					
MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA					
Parâmetros	Turbidez	pH	Cond. Total	Cloro Residual Livre	Nitrito (Como N)
VMP e Recomendações	≤ 5,0 uT	6,0 a 8,5	% de Ausência	0,2 a 2,0 mg/L	≤ 10,0 mg/L
Valores Obtidos	0,52	8,01	100,0 %	2,07	--

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Francisco das Chagas da Silva



POLEGAR DIREITO



COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL
RIO GRANDE DO NORTE
REPUBICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
NOME 847.715
FILIAÇÃO FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
DATA DE EXPEDIÇÃO 19/10/2016

FRANCISCO DELUTERO DA SILVA
SEVERINA FILOMENA DE JESUS
NATURALIDADE
DATA DE NASCIMENTO 14/05/1971

DOC. OR. SAO JOSE DO SERIDÓ RN
CPF 914.417.654-68
CERT. DE CASAMENTO L-B-12 E-44 RG-1697
ACARI RN-CARTORIO UNICO CARTURIO
Josebias Ferreira do N. Junior
Coordenador de Identificação
ASSINATURA DO DETROR 2a. VIA
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE REGISTRAÇÃO OBRIGATORIA DE PESSOAS FÍSICAS - CPF - E DE SER OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA, RESOLVE A UNIDADE COISA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARTÃO DE REGISTRO EMITIDO

001 0128 - 6

02-04-92

BANCO DO BRASIL
Caixá (RM)

0420101-9

Ass. Manoel de Medeiros Fernandes
Mat. 0.723.588-2

BRAS: MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
ANEXO AO PDI INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SPT

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CARTÃO DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CPF DE REGISTRO 914417654 68

CPF COMPLETO

FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA

NASCIMENTO 14-05-1971

ASSINATURA

Francisco das Chagas da Silva

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIDADE

DADOS DO CLIENTE

JOÃO GOIS DE MEDEIROS

CPF 422.414.484-00

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA ELZA DANTAS 433

CENTRO/AREA URBANA
SAO JOSE DO SERIDO RN
59378-000

018636828	ÚNICA	29/01/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
29/01/2019	3000231260	2201226

CÓDIGO CONTRATO	MESAJERO
7003194293	01/2019
FECHA DE VENCIMIENTO	FECHA PRÓXIMA PROGRAMADA
05/02/2019	26/02/2019
TOTAL A PAGAR (€)	
	351.81

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Abaq(WWh)	481,0000000	0,88335702	328,89
Contrib. Sum. Publica Municipal			23,12

TOTAL DA FATURA

351.81

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
80303019	CAT	26/12/2018	25 471,00	26/01/2019	25 852,00	32	1,00000		481,00

Consumo de Energia

Mês/Ano (kWh)	Consumo (kWh)
JUN 16 481	481
DEZ 16 453	453
NOV 16 443	443
OUT 16 467	467
SET 16 443	443
AQU 16 480	480
ABR 16 389	389
MAR 16 428	428
FEV 16 372	372
DEZ 15 364	364
NOV 15 476	476
OUT 15 401	401
SET 15 401	401

Informações Tributárias

Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
ICMS	328,08	27,30
PIS	328,08	0,47
COFINS	328,08	2,57
Total		30,34

Composição do Consumo

Descrição	Valor	Porcentagem
Geração de Energia	R\$ 104,33	31,66%
Transmissão	R\$ 15,24	4,69%
Distribuição (Custos)	R\$ 72,21	21,97%
Perdas de Energia	R\$ 13,40	3,90%
Energia Soturada	R\$ 30,33	9,18%
Tributos	R\$ 30,34	9,18%
Total	R\$ 328,08	100%

Tabela Aplicável

Consumo (kWh)	Tarifa (R\$)
0 - 400	0,0000
400 - 450	0,0000
450 - 500	0,0000
500 - 550	0,0000
550 - 600	0,0000
600 - 650	0,0000
650 - 700	0,0000
700 - 750	0,0000
750 - 800	0,0000
800 - 850	0,0000
850 - 900	0,0000
900 - 950	0,0000
950 - 1000	0,0000
1000 - 1050	0,0000
1050 - 1100	0,0000
1100 - 1150	0,0000
1150 - 1200	0,0000
1200 - 1250	0,0000
1250 - 1300	0,0000
1300 - 1350	0,0000
1350 - 1400	0,0000
1400 - 1450	0,0000
1450 - 1500	0,0000
1500 - 1550	0,0000
1550 - 1600	0,0000
1600 - 1650	0,0000
1650 - 1700	0,0000
1700 - 1750	0,0000
1750 - 1800	0,0000
1800 - 1850	0,0000
1850 - 1900	0,0000
1900 - 1950	0,0000
1950 - 2000	0,0000
2000 - 2050	0,0000
2050 - 2100	0,0000
2100 - 2150	0,0000
2150 - 2200	0,0000
2200 - 2250	0,0000
2250 - 2300	0,0000
2300 - 2350	0,0000
2350 - 2400	0,0000
2400 - 2450	0,0000
2450 - 2500	0,0000
2500 - 2550	0,0000
2550 - 2600	0,0000
2600 - 2650	0,0000
2650 - 2700	0,0000
2700 - 2750	0,0000
2750 - 2800	0,0000
2800 - 2850	0,0000
2850 - 2900	0,0000
2900 - 2950	0,0000
2950 - 3000	0,0000
3000 - 3050	0,0000
3050 - 3100	0,0000
3100 - 3150	0,0000
3150 - 3200	0,0000
3200 - 3250	0,0000
3250 - 3300	0,0000
3300 - 3350	0,0000
3350 - 3400	0,0000
3400 - 3450	0,0000
3450 - 3500	0,0000
3500 - 3550	0,0000
3550 - 3600	0,0000
3600 - 3650	0,0000
3650 - 3700	0,0000
3700 - 3750	0,0000
3750 - 3800	0,0000
3800 - 3850	0,0000
3850 - 3900	0,0000
3900 - 3950	0,0000
3950 - 4000	0,0000
4000 - 4050	0,0000
4050 - 4100	0,0000
4100 - 4150	0,0000
4150 - 4200	0,0000
4200 - 4250	0,0000
4250 - 4300	0,0000
4300 - 4350	0,0000
4350 - 4400	0,0000
4400 - 4450	0,0000
4450 - 4500	0,0000
4500 - 4550	0,0000</

INFORMACIÓES IMPORTANTES

[illegible]

As condições gerais de funcionamento (Resolução ANEEL 474/2007), tarifas, produtos, serviços prestados e outras se encontram à disposição para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cemsa.com.br

BOMBAÇÃO E FIBROFLEXION DAS DETERMINAÇÕES					ADUÇÃO DE TENSÃO		
	CONSUMO ACAR	VALOR APROXIMADO FIBROFLEXION	LIMITE MINIMO	LIMITE MAXIMO	TENSÃO NOMINAL (N)	LIMITE DE BOMBAÇÃO (N)	
						MINIMO	MAXIMO
DIC		0,00	5,63	10,00	220	202	231
FIC		0,00	3,30	8,00			
SINO		0,00	3,31	0,00			

Leads CCR 12.22

RUSD - Valor da Energia de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 114,00

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília - DF
Fone (61) 2027-6281



DA AB

6 x 2,00
1 x 1,50

3,10,05



130.00

(ETIQUETA DO CARIMBO Nº 1)

Associação de Águas e Comunicações de S. José do Seridó/RN
Rua: Manoel Sabino, 551, Centro, São José do Seridó/RN
CEP: 59.378-000

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

Ofício 001/2019.

São José do Seridó/RN, 14 de março de 2019.

À

Excelentíssima Sra. Inalda Celina Madio - Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

Assunto: envio do requerimento de renovação de outorga.

Prezada Coordenadora,

Na condição de representante legal da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN e, em respeito à legislação vigente para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, me sirvo do presente, para encaminhar a este ministério toda documentação exigida para início do processo de renovação de nossa outorga, a saber:

- 1 – Requerimento devidamente assinado por todos os diretores;
- 2 – Cópia do Estatuto Social e da certidão cartorial;
- 3 – Cópia da ATA e da certidão cartorial da eleição da atual diretoria executiva;
- 4 – Cópias do RG e CPF de todos os diretores;
- 5 – Relatório do Conselho Comunitário Consultivo, sobre a GRADE DE PROGRAMAÇÃO;
- 6 – Declaração de Conformidade.

Na certeza do fiel cumprimento da legislação do serviço de radiodifusão comunitária, me despeço cordialmente.



Adeilda Dantas de Medeiros
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 20/03/19 às 14/00 horas
Assinatura: Conceição

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

**ANEXO V
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN.				
Nome Fantasia:	ENCOMUM	CNPJ	05.640.770/0001-12		
Endereço de Sede:	Rua Manoel Sabino, nº551, Bairro Liberdade.				
Município:	São José do Seridó	UF:	RN	CEP:	59.378-000
Nome do representante legal:	Adeilda Dantas de Medeiros				
Endereço eletrônico (e-mail):	radiobonitaam@yahoo.com.br				
Endereço de Correspondência:	Rua Manoel Sabino, nº551, Bairro Liberdade.				
Município:	São José do Seridó	UF:	RN	CEP	59.378-000
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua João Fernandes S/N, Bairro Liberdade.				
Município:	São José do Seridó	UF:	RN	CEP:	59.378-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 06° S 26' 48''				
	Longitude: 36° W 52' 53"				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Adeilda Dantas de Medeiros		
Cargo:	Presidente	Tit. Eleitor:	011254861660
RG:	1.105.665	Órgão Emissor:	SSP/RN
CPF:	708.192.974-53		
Endereço:	Sítio Flores.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
CEP:	59.378-000		
Assinatura:	<i>x Adeilda Dantas de Medeiros</i>		

Nome do dirigente:	José Antônio da Silva		
Cargo:	Vice-Presidente	Tit. Eleitor:	012771861643
RG:	1.378.404	Órgão Emissor:	SSP/RN
CPF:	850.499.994-72		
Endereço:	Rua Miguel Berto S/N, Bairro Beira Rio.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
CEP:	59.378-000		
Assinatura:	<i>x José Antônio da Silva</i>		

Nome do dirigente:	Josefa Maria dos Santos da Silva		
Cargo:	Primeira Secretária	Tit. Eleitor:	011644931619
RG:	1.092.757	Órgão Emissor:	SSP/RN
CPF:	703.597.764-34		
Endereço:	Ludgerio Alves da Silva, S/N, Bairro Nova Bonita.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
CEP:	59.378-000		
Assinatura:	<i>x Josefa Maria dos Santos da Silva</i>		

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

Nome do dirigente:	Maria Azevedo Brito		
Cargo:	Segunda Secretária	Tit. Eleitor:	011846921660
RG:	1.156.506	Órgão Emissor:	SSP/RN
		CPF:	022.210.064-88
Endereço:	Rua 13 de Maio, S/N, Bairro Liberdade.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
		CEP:	59.378-000
Assinatura:	<i>x Maria Azevedo Brito</i>		

Nome do dirigente:	Maria Aparecida dos Santos		
Cargo:	Primeira Tesoureira	Tit. Eleitor:	011647291694
RG:	1.156.505	Órgão Emissor:	SSP/RN
		CPF:	761.214.704-10
Endereço:	Rua Dalva Cirne, nº 69, Centro.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
		CEP:	59.378-000
Assinatura:	<i>x Maria Aparecida dos Santos</i>		

Nome do dirigente:	Jucelene Claro de Medeiros		
Cargo:	Segunda Tesoureira	Tit. Eleitor:	052900620620
RG:	5.524.218-6	Órgão Emissor:	SPA/PR
		CPF:	259.611.548-40
Endereço:	Sítio Bonita.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
		CEP:	59.378-000
Assinatura:	<i>x Jucelene Claro de Medeiros</i>		

Nome do dirigente:	Maria de Fátima Silva de Araújo		
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	005714191627
RG:	847.705	Órgão Emissor:	SSP/RN
		CPF:	040.722.124-74
Endereço:	Rua Dalva Cirne, nº 240, Centro.		
Município:	São José do Seridó	UF:	RN
		CEP:	59.378-000
Assinatura:	<i>x Maria de Fátima Silva de Araújo</i>		

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

Nome do dirigente:	José Silva				
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	013942601635		
RG:	1.526.717	Órgão Emissor:	SSP/RN	CPF:	021.221.244-31
Endereço:	Rua Miguel Berto, nº208, Bairro Beira Rio.				
Município:	São José do Seridó	UF:	RN	CEP:	59.378-000
Assinatura:	X JOSÉ SILVA.				

Nome do dirigente:	Raimundo Lourenço de Araújo				
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	0054699941651		
RG:	717.607	Órgão Emissor:	SSP/RN	CPF:	336.313.444-49
Endereço:	Ludugério Alves da Costa, S/N, Bairro Nova Bonita.				
Município:	São José do Seridó	UF:	RN	CEP:	59.378-000
Assinatura:	Raimundo Lourenço de Araújo				



Rua João Raimundo Pereira, 185 – Tel: (84) 9909-1145



Estatuto Social

**ESTATUTO SOCIAL DEVIDAMENTE MODIFICADO EM
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 20 DE
FEVEREIRO DE 2011**

**ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO
JOSÉ DO SERIDÓ-RN**



ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN

ESTATUTO SOCIAL DEVIDAMENTE MODIFICADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2011

CAPÍTULO I

Do nome, Sede, Duração e Objetivos

Art.1º - A Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó – RN é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, situada a Rua Manoel Sabino, nº 551, no Bairro Centro, Município de São José do Seridó/RN, e foro jurídico na Comarca de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, que será regida pelo presente Estatuto e demais legislações aplicáveis.

Art.2º - Os objetivos gerais da associação são os seguintes:

- I. Colaborar com o poder público para o efetivo controle do fornecimento de água aos associados, em quantidade e qualidade compatíveis com suas necessidades;
- II. Defender os direitos dos associados junto ao poder público, especialmente nas questões referentes ao atendimento de suas necessidades de água;
- III. Fortalecer a organização, promovendo a efetiva participação dos seus associados em campanhas de educação, levantamento de dados e outras iniciativas do poder público, para gestão de recursos hídricos, na área de sua jurisdição;
- IV. Participar de campanhas educativas de preservação ambiental, promovidas na comunidade;
- V. Participar da limpeza dos corpos d'água da comunidade, contribuindo para sua preservação.
- VI. Participar de atividades para formação e funcionamento do Comitê de Bacia.
- VII. A execução de serviços de radiodifusão comunitária operando em FM, sem fins lucrativos, de acordo o que dispõe a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Norma Complementar nº 1/2004;



VIII. Divulgação de programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo religioso, informativo, noticiário de laser, de esporte;

IX. Dar oportunidade a difusão de ideias, elemento de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade;

X. Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

XI. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de jornalismo e radialismo, em conformidade com a legislação vigente.

XII. Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos associados da comunidade;

XIII. Assegurar a não discriminação de raça, religião, sexo, convicções políticas, ideológicas, partidárias e condições sociais nas relações comunitárias.

XIV. Incentivar com atuação mediata e constante a luta pela democratização dos meios de comunicação.

XV. Fazendo cumprir suas finalidades, esta associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, criar e manter projetos na área de radiodifusão, saúde, escolas, creches, cooperativas, hortas comunitárias, mutirões, escolas de profissionalização, imprensa escrita, produtora de programas para rádio e televisão e atividades esportivas em geral, cursos de comunicação popular em rádio, vídeos, jornal, cartilhas, teatros, fantoches, promover cestas básicas e eventos beneficentes à critério da Assembleia Geral especialmente convocada para esta finalidade.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a Associação poderá assumir compromissos formais, com entidades públicas ou privadas, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO II

Dos associados, seus direitos e deveres

Art.3º - Podem ser filiados da Associação as pessoas físicas e jurídicas residentes na comunidade, e que solicitarem por escrito sua inscrição na entidade, subscrevendo o formulário próprio para esse fim, que será encaminhado à diretoria, ficando a cargo da Assembleia Geral a análise para ingresso na Associação;

Parágrafo Único – Só farão parte da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10(dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, e que residam na área de atuação do serviço de RadCom, e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício



de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função de qual decorra foro especial;

Art. 4º - São direitos dos Associados em dia com suas obrigações sociais neste Estatuto.

- I. Tomar parte de todas as atividades da associação, inclusive nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- II. Requerer com a assinatura mínima de 1/5 dos associados a realização de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- III. Solicitar por escrito a qualquer tempo esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor a Diretoria ou às Assembleias Gerais tudo quanto julgar conveniente aos interesses da Associação;
- IV. Para ocupar cargos na diretoria o membro deverá manter residência na área da comunidade atendida pelo serviço de Radiodifusão Comunitária;
- V. Desligar-se, a pedido do próprio, por intermédio de carta solicitando ao presidente seu desligamento da entidade;

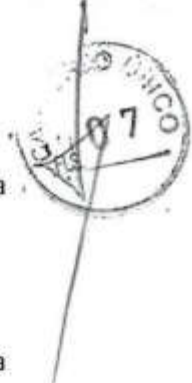
Art.5º - Será assegurado a todos os associados, pessoas físicas e jurídicas:

- I. Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela associação, no entanto não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os Associados;
- II. Votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos existentes, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da associação, nas instâncias deliberativas existentes;
- III. Consultar todos os livros da entidade, quando julgar necessário, solicitando autorização para esse fim;
- IV. propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da associação;

Parágrafo Único – Nenhum membro poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou neste Estatuto. Para gozo dos direitos assegurados neste Artigo é necessário que os Associados estejam em dia com suas obrigações. Também será assegurado o ingresso, como membro de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediada.

Art.6º - São deveres dos associados:

4



- I. Observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela diretoria e assembleia geral;
- II. Respeitar os compromissos assumidos pela associação;
- III. Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para manter o bom nome da associação e trabalhar pelo fortalecimento;
- IV. Contribuir com as parcelas financeiras que a assembleia geral decidir ser quota de responsabilidade dos associados;

Parágrafo Único – Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações financeiras contraídas pela Entidade.

CAPITULO III

Do Patrimônio da Associação

Art.7º - O patrimônio da associação será constituído por:

- I. Benfeitorias, terrenos e construções que vierem a ser feitas ou adquiridas pela associação;
- II. Móveis, implementos, máquinas e equipamentos que forem adquiridos ou obtidos pela associação;
- III. Auxílios ou doações recebidos de qualquer entidade ou organização nacional ou estrangeira;
- IV. Receitas provenientes da prestação de serviços;
- V. Contribuição dos próprios associados estabelecidos pela assembleia geral.

Parágrafo Único – A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

CAPITULO IV

Da Direção

Art.8º - São órgãos de direção da associação:

- I. Assembleia geral;
- II. Diretoria executiva;
- III. Conselho fiscal

5



Art. 9º - A assembleia geral é a instância máxima da associação para deliberação em todos os assuntos, sendo soberanas suas decisões.

Art.10 - A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3(três) meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário, convocada na forma estabelecida neste estatuto.

Art.11 - Compete à assembleia geral ordinária, em especial:

- I. Eleger e empossar os membros da diretoria e do conselho fiscal;
- II. Estabelecer os valores das contribuições dos associados;
- III. Apreciar e votar o relatório, o balanço e as contas da diretoria e o parecer do conselho fiscal;
- IV. Apreciar e votar o plano anual de trabalho elaborado pela diretoria, bem como suas eventuais alterações posteriores.
- V. Apreciar e votar o regimento interno proposto pela diretoria, bem como suas eventuais alterações posteriores.
- VI. Deliberar sobre a admissão de novos sócios.

Art.12 - Compete a assembleia geral extraordinária:

- I. Deliberar sobre a dissolução da associação, e nesse caso nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- II. Decidir sobre a mudança dos objetivos da associação;
- III. Decidir sobre alterações de textos do Estatuto;
- IV. Autorizar a associação a contrair empréstimos e outras obrigações financeiras;
- V. Decidir sobre a expulsão de associados do quadro social;
- VI. Outros assuntos de interesses da associação.
- VII. Deliberar sobre a comercialização do excedente da água quando houver necessidades de manutenção no conjunto dessalinizador e ou pagamentos de sobretaxas das empresas fornecedoras de energia, água e outros.

Art.13 - É da competência da assembleia geral extraordinária a destituição de membros da diretoria e do conselho fiscal.

Parágrafo Único - Quando ocorrer destituição que possa comprometer a administração da associação, a assembleia geral extraordinária poderá indicar diretores e conselheiros fiscais provisórios até a posse dos novos, que serão eleitos no

prazo máximo de 30 (trinta) dias, convocando-se imediatamente a nova assembleia geral extraordinária especialmente para esse fim.

Art.14 - O quórum' para a realização das assembleias gerais é de 2/3 (dois terços) do número dos associados, em primeira convocação, 1/3 (um terço) em segunda e 1/5 (um quinto) em terceira e última. Os associados devem estar em dia com suas obrigações com a associação.

Parágrafo Único – As deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, com exceção dos casos previstos no art. 12 em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços) de votos.

Art.15- As assembleias gerais serão convocadas pelo presidente, pelo conselho fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos, que indicarão a pauta.

Art.16—A assembleia geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, com aviso enviado aos associados e afixado em lugar publico mais freqüentado e no "quadro de avisos" da sede da associação.

Art.17 – Os trabalhos de assembleia geral serão dirigidos pelo presidente. Na sua falta ou impedimento, caberá à assembléia indicar um dos associados para dirigir os trabalhos.

Art.18 – Todas as decisões das assembleias gerais deverão ser registradas em ata a ser assinada por todos os presidentes.

Art.19 – A diretoria executiva compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro, e segundo Tesoureiro.

Art.20 - Os cargos eletivos da diretoria executiva e do conselho fiscal terão duração de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleita até duas vezes para o mesmo cargo.

§1º. Os titulares de cargos da diretoria executiva e do conselho fiscal não terão qualquer remuneração da associação sob qualquer condição, sendo os serviços prestados à entidade considerados como trabalho voluntário.

§ 2º. Os integrantes da diretoria executiva deverão manter residência no Município de São José do Seridó.

Art.21 - Compete à diretoria executiva:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto social, bem como as deliberações das assembleias;



7



- II. Elaborar o plano anual de trabalho da associação, submetendo-o à apreciação da assembleia geral, inclusive as suas futuras propostas de alteração;
- III. Adotar medidas para a execução do plano anual de trabalho, aprovado pela assembleia geral;
- IV. Propor a criação de departamentos, comissões e grupos de trabalho para ajudar a operacionalização dos trabalhos da associação, quando for o caso;
- V. Propor à assembleia geral o valor das contribuições dos associados;
- VI. Fixar taxas para cobrir despesas operacionais, quando for o caso;
- VII. Apresentar à assembleia geral o relatório anual e as contas do exercício financeiro, estas últimas a serem analisadas pelo conselho fiscal, cujo parecer à assembleia examinará e votará.
- VIII. Propor à assembleia geral a comercialização do excedente da água prevista no artigo 12 deste estatuto.

Art.22 - A diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo lavrar em ata, num livro próprio, todas as decisões.

Art.23 - Compete ao Presidente:

- I. Cumprir e fazer cumprir os estatutos;
- II. Delegar poderes e atribuições e/ ou atividades;
- III. Representar oficialmente e judicialmente a associação;
- IV. Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de "caixa".
- V. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia geral;
- VI. Assinar atas e outros documentos da associação;
- VII. Assinar, juntamente com o tesoureiro, cheques, ordens de pagamento e outros documentos de natureza semelhante;
- VIII. Desempenhar outras atribuições que venham a ser estabelecida no regimento interno.

IX. Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a Associação.

Art. 24 - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;



Art. 25 - Compete ao 1º Secretário

- I. Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II. Lavrar as atas das reuniões da diretoria e das assembléias gerais mantendo os respectivos livros sob guarda;
- III. Fazer a correspondência, os relatórios e outros documentos, mantendo-as ordenadamente arquivadas;
- IV. Exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno.

Art. 26 - Compete ao 2º Secretário:

- I. Substituir o 1º Secretário nas suas faltas ou impedimentos;

Art. 27 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Substituir o 2º Secretário nas suas faltas ou impedimentos
- II. Arrecadar as receitas e depositá-las em banco, designado pela diretoria;
- III. Elaborar e apresentar os balancetes mensais e o balanço anual da associação;
- IV. Efetuar os pagamentos autorizados pelo presidente;
- V. Assinar, juntamente com o presidente, os cheques, ordens de pagamento e demais documentos de natureza financeira ou contábil;
- VI. Fazer a escrituração do livro – auxiliar de caixa, assinando-o e mantendo-o guarda;
- VII. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias e outras de responsabilidade da associação, quando for o caso;
- VIII. Desempenhar outras atribuições que vieram a ser estabelecidas no regimento interno.

Parágrafo Único – No caso de vacância do cargo de Tesoureiro, por prazo superior a 20(vinte) dias, a diretoria decidirá sobre o seu substituto.

Art. 28 - Compete ao 2º Tesoureiro;

- I. Substituir o 1º Tesoureiro nas suas faltas ou impedimentos;

Art. 29 - O Conselho Fiscal será formado por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos.



Parágrafo Primeiro – As reuniões do conselho Fiscal só poderão se realizar com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples.

Parágrafo Segundo – Em cada reunião, as decisões tomadas deverão constar de ata, a ser assinada por todos os presentes.

Art. 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

I. Fiscalizar todas as atividades da associação, examinando todos os documentos que julgar necessário;

II. Examinar e aprovar todos os balancetes mensais e emitir parecer sobre o balanço e o relatório anual.

CAPITULO V

Das Eleições

Art. 31 - As eleições para os cargos eletivos serão realizadas a cada 4 (quatro) anos, no mês de março do quarto ano de cada mandato a expirar.

Parágrafo Primeiro – O previsto neste artigo não se aplica aos casos de que trata o artigo 13 deste estatuto.

Parágrafo Segundo – O associado é considerado em dia de suas obrigações com a associação estiverem quitadas no mês anterior.

Art. 32 - Cada associado terá direito a um único voto e a votação será por voto secreto.

Art. 33 - Só poderão participar de chapas, como candidatos, ou votar como eleitor os associados em dia com a associação, quanto a pagamentos e demais obrigações.

Art. 34 - Os membros eleitos para a Diretoria e o Conselho Fiscal tornarão posse imediatamente, na mesma assembléia.

Art. 35 - O presidente afixará na sede da associação, no quadro de avisos e com antecedência de 30 (trinta) dias antes da eleição, os competentes editais de convocação, especificando a natureza da eleição, o local, dia e hora de sua realização.

Art. 36 - Com uma antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias, a diretoria criará uma comissão eleitoral, constituída de 3 (três) associados, não ocupantes de cargos eletivos nem candidatos a eles, com a finalidade de:

I. Elaborar as inscrições gerais da eleições;

II. Elaborar os modelos das células;



III. Organizar a mesa receptora e ajunta operadora;

IV. Supervisionar a votação e a apuração dos votos;

V. a fixar o resultado das eleições e comunicar ao presidente da assembléia que a regularidade do processo eleitoral permite a imediata posse dos eleitos.

Art. 37 - Concluídos os trabalhos do pleito e entregues os documentos utilizados na eleição ao presidente da assembléia, fica automaticamente dissolvida a comissão eleitoral.

CAPITULO VI

Dos Livros

Art. 38 - A associação deverá ter:

I. Livro de matrícula dos associados;

II. Livro de atas das assembléias gerais, reuniões da diretoria e conselho fiscal;

III. Outros livros exigidos por leis e / ou pelo regimento interno.

CAPITULO VII

Do Conselho Comunitário

Art. 39. Fica criado o Conselho Comunitário, composto por cinco pessoas representantes de entidades da comunidade são-joseense, com o objetivo de acompanhar a programação da Rádio Bonita FM, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

§1º. As entidades referidas no caput deste artigo poderão ser associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

§2º. Compete à Diretoria Executiva a definição de regras e diretrizes para escolha/eleição das entidades que comporão o Conselho Comunitário.

Art. 40. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

11



Art. 41. A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Art. 42. A duração do mandato dos membros do Conselho Comunitário será de 4 (quatro) anos.

Disposições Complementares

Art. 43 - A associação deverá manter estreita colaboração com os poderes públicos, estabelecendo cooperação harmoniosa, objetivando sempre a defesa dos interesses dos seus associados e a preservação dos recursos hídricos.

Art. 44 - Em caso de extinção remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas as dividas se for o caso, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou em caso de extinção, por deliberações dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Art.45 - Este estatuto foi aprovado pela assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim e realizada no dia 20 de fevereiro de 2011 às 15:00 horas, passando a vigorar a partir do seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas.

São José do Seridó (RN), 20 de fevereiro de 2011.

Inaldo Carlos de Medeiros

Inaldo Carlos de Medeiros

Presidente

CPF: 037.978.314-20

Ricardo Benedito de Medeiros Neto

Ricardo Benedito de Medeiros Neto

Advogado

OAB/RN 5876

[Handwritten signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS E REGISTROS
DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

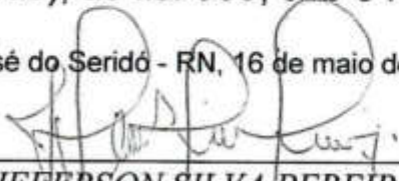
Rua João Raimundo Pereira, nº. 185 – Telefone: (84) 9909-1145

JEFERSON SILVA PEREIRA – Notário e Registrador

PROTOCOLO

Protocolado no Livro nº 01 (Protocolo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas), às fls. 003, sob o nº 013.

São José do Seridó - RN, 16 de maio de 2011.


JEFERSON SILVA PEREIRA

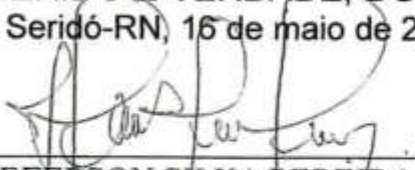
Registrador – Interino

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data, registrei às fls. 21/23, do Livro A-3 (Registro Civil das Pessoas Jurídicas), sob o nº. 40, nesta Serventia, o ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN.

TODO O REFERIDO É VERDADE; DOU FÉ.

São José do Seridó-RN, 16 de maio de 2011.


JEFERSON SILVA PEREIRA

Registrador – Interino



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS E REGISTROS
JEFERSON SILVA PEREIRA
Notário e Registrador Interinos
TEL (84) 9909-1145 - CRUZETA - RN

esta ata que será assinada por mim e 99
por todos os presentes em um livro anexo.
São José do Seridó 13/01/2019.

Adeilda Dantas de Medeiros (Presidente)

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN, realizada em 03 de março de 2019.

Às 03 (Três) dias do mês de Março do ano de 2019, no período de 8:00 às 14:00 horas, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, para eleger sua nova Diretoria e o Conselho Fiscal, efetivos e suplentes respectivamente, inicialmente a senhora Adeilda Dantas de Medeiros, presidenta da Associação abriu o Trabalho da mesa. Depois de preenchidas as formalidades necessárias, a senhora presidenta determinou o início da votação relativa a eleição para eleger a nova Diretoria e Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, desta associação. Concluída a coleta de votos às 14:00 horas, o Presidente da mesa Inalbio Carlos de Medeiros determinou o encerramento das assinaturas do livro de frequência e o fechamento da urna. Em seguida convidou a senhora Maria Gorete de Araújo, para coordenar juntamente os trabalhos da apuração, feita a contagem das assinaturas nos folhos do livro verificou-se que dos 161 (cento e sessenta e um) associados e associadas aptos a votar, compareceram e votaram 63 (sessenta e três), associados e associadas, tomando válida a eleição, e determinou a abertura da urna para apuração dos votos que obteve o seguinte resultado final. Dos 63 votantes, obteve em favor da chapa única 63 votos, não houve votos em branco e nem voto nulo, totalizando 63 votos. Com este resultado a senhora presidenta da

GRAFSET

associação dirigindo os trabalhos, proclamou eleitos e empossados em seus cargos todos os candidatos da chapa com a seguinte composição. Diretoria: Presidenta, Adelaide Dantas de Medeiros, Brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.125.665/SSP-RN, do CPF/MF nº 708.192.974-53, residente no Sítio Flores, zona rural de São José do Seridó-RN; Vice-Presidente, José Antônio da Silva, Brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.378.404/SSP-RN, do CPF/MF nº 850.499.994-72, residente na rua Miguel Berto, n/s, Bairro Beira Rio, São José do Seridó-RN; Primeira Secretária, Josefa Maria dos Santos da Silva, Brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 001.092.754/SSP-RN, do CPF/MF nº 703.597.764-34, residente na rua Ludgero Alves da Costa, s/n, Bairro Nova Bonita, São José do Seridó-RN; Segunda Secretária, Maria Azevedo Brito, Brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.156.506/SSP-RN, do CPF/MF nº 022.210.064-88, residente na rua 13 de Maio, s/n, Bairro Liberdade, São José do Seridó-RN; Primeira Tesoureira, Maria Aparecida dos Santos, Brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.156.505/SSP-RN, do CPF/MF nº 761.214.704-10, residente na rua Dalva Carne, nº 69, Bairro Centro, São José do Seridó-RN; Segunda Tesoureira, Jaceline Clara de Medeiros, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.524.218-6 e do CPF/MF nº 259.611.548-40, residente no Sítio Bonita, São José do Seridó-RN. Conselho Fiscal/Efetivos. Maria de Fátima Silva de Araújo, Brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 847.705/SSP-RN, do CPF/MF nº 040.722.124-74, residente na rua Dalva Carne, nº 240, Bairro Centro, São José do Seridó-RN; José Silva, Brasileiro, maior, portador da Cédula de

Identidade RG nº 1.526.717/SSP-RN, do CPF/MF nº 021.221.244-31, residente na rua Miguel Berto, nº 208, Bairro Beira Rio, São José do Seridó-RN; e Raimundo Lourenço de Araújo, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº 717.607/SSP-RN, do CPF/MF nº 336.313.444-49, residente na rua Ludugério Alves da Costa, s/n, Bairro Nova Bonita, São José do Seridó-RN.

Suplentes: Maria de Sotero Aguiar, brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.988.721/SSP-RN, do CPF/MF nº 048.823.204-01, residente na rua Faustino Libânio de Araújo, nº 01, Bairro Maria Bode, São José do Seridó-RN; Josias da Silva, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº 423.658/SSP-RN, do CPF/MF nº 488.777.354-49, residente na rua 13 de Maio, s/n, Bairro Liberdade, São José do Seridó-RN; e Marcelo Araújo Dantas, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.651.686/SSP-RN, do CPF/MF nº 033.915.434-93, residente na rua Manoel Estima, nº 309, Bairro Centro, São José do Seridó-RN.

Presseguido já na condição de presidenta eleita, A senhora Adilda Dantas de Medeiros, assumiu a mesa, agradecendo cada um que confiaram os destinos da entidade tendo ela na condição de presidenta na diretoria, pediu empenho dos demais diretores e apoio incondicional de todos os associados, e facultou a palavra para que outros diretores e autoridades presentes no recinto pudessem expressar seus sentimentos em palavras. Em seguida como ninguém mais queria fazer uso da palavra a senhora presidenta da associação determinou a mim, Josefa Maria dos Santos da Silva, secretária da associação, para lavrar a ata que segue devidamente assinada. São

São José do Seridó/RN, 03 de março de 2019

Adilda Dantas de Medeiros

- Adilda Dantas de Medeiros - Presidenta (empresada)

2. Josefa Maria dos Santos da Silva

- Josefa Maria dos Santos da Silva - Secretária (empresada)

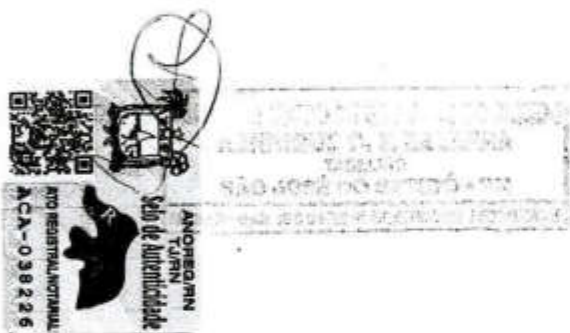
GRAFSET

3- Irvaldo Carlos de Medeiros
- Irvaldo Carlos de Medeiros

Lista de presença dos associados na Assembleia Geral Ordinária das Associações de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN, para escolha da nova diretoria realizada em 03 de março de 2019.

- 01 Benilda Fernandes Vale de Medeiros
- 02 Jocildo Dantas da Silva
- 03 Bartolomeu Gregório de Medeiros Filho
- 04IVALDO CARLOS DE MEDEIROS
- 05 Waldo Araújo
- 06 Jariene da Silva
- 07 Maria Gorete de Araújo
- 08 Maria de Fátima Silva
- 09 Maria Vitoria dos Santos.
- 10 Luciana Maria de Azevedo
- 11 Francisco Gonçalves da Silva Filho
- 12 Josias da Silva.
- 13 MOACIR FERREIRA
- 14 Adauto Antonio de Medeiros
- 15 Jocilda Cruz da Silva
- 16 Antenor Clemente de Lencina
- 17 Arnaldo Francisco Dantas de Medeiros
- 18 João Bosco da Costa
- 19 Raimundo Gomes de Almeida Jr
- 20 José de Lencina de Araújo
- 21 Francisco Neto do Gilvo
- 22 Arnaldo José Aguiar da Silva
- 23 Rufino Valente da Silva
- 24 Agostinho de Araújo de Medeiros
- 25 José Silva
- 26 José Marcelino dos Santos
- 27 Paulo Marcelo de Almeida
- 28 Maria Agostinho de Brito
- 29 Irondson Marcelino dos Santos

- 30 Ana Santiago de Medeiros
- 31 João Lucio de Araújo
- 32 Cristóvão Antonio de Sá
- 33 Joaquim José de Medeiros
- 34 Bráulio Santos de Souza
- 35 Maria Almeida dos Santos
- 36 Ciro de Araújo Santos
- 37 Alvaro Oliveira Santos
- 38 Alvaro Figueiredo de Sá
- 39 Carlos Antonio de Sá
- 40 João Maria dos Santos de Sá
- 41 Marcos de Sá (S. Francisco)
- 42 Virgílio Carlos de Medeiros
- 43 Adulda Santos de Medeiros
- 44 Agnêlia Santos da Silva
- 45 Eriberto de Sá de Sá
- 46 Paulo de Sá de Sá
- 47 Carlos de Sá de Sá
- 48 - José Antonio de Sá
- 49 Marcos de Sá de Sá
- 50 João de Sá de Sá
- 51 Mario de Sá de Sá
- 52 Maria Francisca de Sá
- 53 Américo Francisco de Sá
- 54 Maria de Sá de Sá
- 55 Maria Luísa de Sá
- 56 João de Sá de Sá
- 57 Henrique de Sá de Sá
- 58 Américo de Sá de Sá
- 59 Ivete de Sá de Sá
- 60 José de Sá de Sá
- 61 Henrique de Sá de Sá
- 62 João de Sá de Sá
- 63 Carlos de Sá de Sá



CERTIFICADO O REGISTRO DE Ata de Fls. 115
POR MEIO DO Registro n. 115, Livro 45 (REPS)
EM 14/03/19 ASS. [Assinatura]
() HENRIQUE CÉSAR FLORENCIO BEZERRA
TABELÃO E OFICIAL DE REGISTRO
() DANIELLA BATISTA DE OLIVEIRA
1ª SUBSTITUTA
(x) ITALO RAMON CHIANCA E SILVA
TABELÃO PÚBLICO SUBSTITUTO



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Cartório Único de São José do Seridó
Henrique César Florêncio Bezerra
Tabelião e Registrador
CNPJ nº 08.220.92310001-60

Rua JOÃO RAIMUNDO PEREIRA, 53, CENTRO- São José do Seridó - Fone:
(84)98620-2150

CERTIDÃO

NÚMERO DE ORDEM: 128
DIA E MÊS: 11/03/2019
NATUREZA DO TÍTULO: AVERBAÇÃO DE ATA
QUALIDADE DO LANÇAMENTO: AVERBAÇÃO NO LIVRO A-5 (RCPJ)
NOME DO APRESENTANTE: ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS

ANOTAÇÕES E AVERBAÇÕES:

CERTIFICO:

- 1) A averbação da ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL da ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN, através do Registro nº 115, fls. 53 a 62, Protocolo nº 128, do Livro A-5, do RCPJ do Cartório Único de São José do Seridó/RN.
- 2) A averbação Remissiva da Nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN no Livro A-3 do RCPJ, às fls. 21, sob o nº 40, através do AV-3-40.

RECIBO	VALORES
EMOLUMENTOS	R\$ 127,54
FDJ (24008)	R\$ 34,00
FCRCPN	R\$ 12,76
FRMP	R\$ 0,00
PGE	R\$ 0,00
ISS	R\$ 6,38
TOTAL	R\$ 180,68
Guia do FDJ Nº	7000003436411

ÍTALO RAMON CHIANCA E SILVA
Tabelião Público Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Adeilda Dantas de Medeiros

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.105.665

DATA DE EXPEDIÇÃO 25/05/2016

NOME ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS

FILIAÇÃO FRANCISCO ANTONIO DE MEDEIROS
MARIA DANTAS DE MEDEIROS

NATURALIDADE JARDIM DO SERIDO RN

DATA DE NASCIMENTO 10/12/1969

DOC. ORIGEM CERT. DE CASAMENTO L-001 F-63 RG-62
SÃO JOSE DO SERIDO RN-1 CARTÓRIO

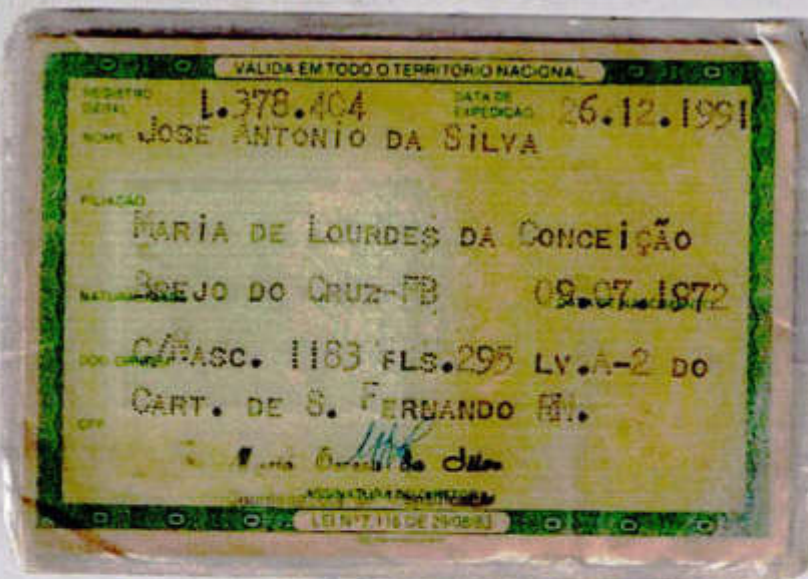
CPF 708.192.974-53

ASSINATURA DO DIRETOR

2a. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO-II

POLEGAR DIREITO

Josefa Maria dos Santos da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.092.757 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/11/2017

NOME JOSEFA MARIA DOS SANTOS DA SILVA

FILIAÇÃO JOAO BELCHIOR DOS SANTOS
ANALIA REGINA DA CONCEICAO

NATURALIDADE ACARI RN DATA DE NASCIMENTO 01/04/1969

DOC. ORIGEM CERT. DE CASAMENTO L-B02 F-5.88-305
CRUZETA RN-1 CARTORIO

CPF 703.597.764-34

Assinatura do Diretor de Identificação: *Josebas Ferreira do N. Junior*
Assinatura do Diretor de Identificação: *Ja. VIA*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Azevedo de Brito



POLEGAR DIREITO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.156.506

DATA DE EXPEDIÇÃO 01/07/2016

NOME MARIA AZEVEDO DE BRITO

FILIAÇÃO JOAQUIM PEREIRA DE BRITO
MARIA DAS GRACAS DE AZEVEDO BRITO

NATURALIDADE CRUZETA RN

DATA DE NASCIMENTO 01/12/1969

DOC. ORIGEM CERT. DE CAS-DIV L-B11 AF-50 RG-995
JARDIM DO SERIDO RN-2 BRASILEIRO

CPF 022.210.064-88

Josebias Ferreira do N. Junior
Coordenador de Identificação
Mat. 170.245-0 TTEP/RN

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1156 505 DATA DE EMISSÃO 17.08.1988

NOME MARIA APARECIDA DOS SANTOS
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS

FILIAÇÃO LUIZIA ALVES DOS SANTOS

CAICÓ-RN 23.11.1969

NATURALIDADE C/DE NASC. Nº 32.436 FLS. 180 LV.

DOC. ORDEM 33 DO CART. DE CAICÓ-RN

CPF

LEI Nº 7.116 DE 29.06.66

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CENTRICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

Maria Aparecida dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

U. VACINADO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE SUA VALIDADE NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA CONSULTAR A SITUAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

001/0123-9

21 NOV 1988

BANCO DO BRASIL
CAICÓ (RN)

41331/1639

NOME E NOME DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR RESOLUÇÃO NORMATIVA DO BRF

MINISTÉRIO DA RECEITA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
761214704 10

NOME COMPLETO
MARIA APARECIDA DOS SANTOS

NASCIMENTO
23.11.69

ASSINATURA
Maria Aparecida dos Santos

SEJA VALIDADO SEMPRE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

CIC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

Jocelene Claro de Almeida
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOCELENE CLARO DE MEDEIROS

Ng de Inscrição
259611548-40

Data do Nascimento
25/12/71



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.524.218-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/05/2004

NOME JOCELENE CLARO DE MEDEIROS

FILIAÇÃO
ONOFRE CLARO
OLIVIA MOREIRA DA SILVA CLARO


NATURALIDADE GOIOERE/PR DATA DE NASCIMENTO 25/12/1971

DOC ORIGEM COMARCA=GOIOERE/PR, DA SEDE
C.CAS 4053, LIVRO=826, FOLHA=156V

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI N° 7.116 DE 29/06/83



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Jocelene Claro de Almeida
JOCELENE CLARO DE MEDEIROS

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 13/03/95

SEI 01250.013004/2019-97 / pg. 35

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

JOSE SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOSE SILVA

Ng de Inscrição
021221244-31

Data do Nascimento
18/02/74

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
001.526.117

DATA DE EXPEDIÇÃO
20/05/2010

NOME
JOSE SILVA

FILIAÇÃO
FRANCISCO DELUTERO DA SILVA
SEVERINA FILOMENA DE JESUS

NATURALIDADE
SAO JOSE DO SERIDO RN

DATA DE NASCIMENTO
18/02/1974

DOC. ORIGEM
CERT. DE NASCIMENTO L-A-8 F-48 RG-3679

CPF
021.221.244-31

2a. VIA

Raimundo da Costa Junior

Mat. 169.86.4

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.


Assinatura
JOSE SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


Emitido em : 07/04/99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Raimundo do S. do Lago de Araujo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	717.607	DATA DE EXPEDIÇÃO	13/07/2016
NOME	RAIMUNDO LOURENCO DE ARAUJO		
FILIAÇÃO	MANOEL LOURENCO DE ARAUJO INACIA JACINTA DE ARAUJO		
NATURALIDADE	JUCURUTU RN	DATA DE NASCIMENTO	18/05/1951
DOC. ORIGIN	CERT. DE CASAMENTO L-B-08 F-150/88-746 FLORANIA RN-CARTORIO UNICO CARTORIO		
CPF	336.313.444-49	<i>Josebias Ferreira do N. Jr.</i> VIA Coordenador de Identificação ASSINATURA DO DIRETOR TTEP / RN	

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

RELATÓRIO DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Em reunião ordinária do Conselho Comunitário Consultivo da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN, ocorrida no dia 15 de janeiro do corrente ano, na sede da entidade a Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN, os conselheiros presentes debateram e deliberaram sobre a grade de programação da rádio FM BONITA, no que segue: após a explanação da Sra. presidenta da entidade Adeilda Dantas de Medeiros que compareceu a reunião a pedido dos conselheiros, para que apresentasse presencialmente como vinha se dando a montagem de toda grade de programação da referida emissora, os conselheiros que, afirmaram vir acompanhando na íntegra a programação, avaliando como satisfatória, reconhecendo atender os preceitos da legislação do serviço de radiodifusão comunitária, observaram que, se faz necessário a Direção da Associação ampliar os esforços para melhorar os programas jornalísticos, com ênfase a informação local. Não havendo informes, nem nada mais a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. Segue abaixo, a íntegra da grade, para os devidos fins.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SEGUNDA-QUINTA

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:30	Bonita ao som da viola	Carlos Alberto e Francisco
7:30 às 8:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
8:00 às 11:00	Liberdade Ativa	Francenilda
11:00 às 12:00	Hora do Ídolo	(sem comunicador)
12:00 às 13:30	Jornal 87	Diógenis
13:30 às 15:30	Identidade Jovem	Diógenis
15:30 às 17:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
17:00 às 17:30	Prog. Cidade Campo	Gaspar
17:30 às 18:00	Complemento musical	(sem comunicador)
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastoris
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	(sem comunicador)
20:00	Término da prog. diária	(sem comunicador)

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:30	Bonita ao som da viola	Carlos Alberto e Francisco
7:30 às 8:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
8:00 às 11:00	Liberdade Ativa	Francenilda
11:00 às	Programa do Sindicato dos	Jair Rodrigues



12:00	Trabalhadores Rurais	
12:00 às 13:30	Jornal 87	Diógenis
13:30 às 15:30	Identidade Jovem	Diógenis
15:30 às 17:30	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
17:30 às 18:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
18:00hs	Transmissão da sessão da Câmara Municipal de vereadores	Sem Comunicador.
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	Sem Comunicador. Após a Voz do Brasil a rádio encerra sua programação.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SÁBADO

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 8:00	Terreiro da Fazenda	José Antônio
8:00 às 10:00	Sem Radar	Luana Carcará
10:00 às 13:00	Complemento musical	(sem comunicador)
13:00 às 15:00	Vaquejada e companhia	Joadir e Minor
15:00 às 17:00	Sábado Show	Joadir e Mirian
17:00 às 18:00	Encontro com poesia	José Antônio
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
19:00 às 22:00	O amor está no ar, após o programa a fm fecha.	José Antônio

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE DOMINGO

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:00	Bom dia Sertão	José Antônio
7:00 às 8:00	Transmissão da missa direto da Igreja de Nossa Senhora da Luz	(sem comunicador)
8:00 às 11:00	Programa encontro com os artistas da terra	Paulo Gorgônio
11:00 às 13:00	Complemento musical	(sem comunicador)
13:00 às 18:00	Programa restrito as Igrejas Evangélicas	Pastores
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
19:00 às 20:30	Transmissão da Missa direto da Igreja matriz de São José, após a missa a rádio fecha.	(sem comunicador)

Marlete Assis de Medeiros Bernardino

Marlete Assis de Medeiros Bernardino

RG: 831.610 e CPF: 053.070.554-04.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Seridó/RN

CNPJ: 08.096.042/0001-80.

Francisco das Chagas da Silva

Francisco das Chagas da Silva

RG: 847.715 e CPF: 914.417.654-68

Associação dos Cantores, Compositores e Artistas Semelhantes de São José do Seridó/RN

CNPJ: 07.678.755/0001-99

Joel Dantas
Joel Dantas

RG: 1.784.095 e CPF: 011.901.474-24

Associação dos Jovens Rurais do Projeto de Assentamento Seridó

CNPJ: 07.362.899/0001-31

Josemar A. de Medeiros
Josemar Araújo de Medeiros

RG: 830.694 e CPF: 720.753.924-04

Associação Comunitária dos Produtores e Pescadores da Comunidade São Paulo

CNPJ: 04.242.231/0001-62.

Luciane Alves Chianca Pereira

Luciane Alves Chianca Pereira

RG: 1.237.521 e CPF: 812.618.946-91.

Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Nova Bonita.

CNPJ: 02.330.416/0001-01.

[Signature]

[Signature]

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN. CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Eu, Adeilda Dantas de Medeiros, sob o CPF: 708.192.974-53 e RG: 1.105.665, residente no Sítio Flores, zona rural desta municipalidade, na condição de representante legal da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN, sob o CNPJ: 05.640.770/0001-12, situada à Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN, declaro para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

São José do Seridó/RN, 14 de março de 2019.



Adeilda Dantas de Medeiros
Presidente

Endereço de correspondência:

Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN.

CEP: 59.378-000



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Secretaria de Radiodifusão.

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

Coordenadoria-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3ª Andar.
CEP: 70044-900 - Brasília - DF.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN
Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN.
CEP: 59.378-000

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO NÚCLEO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU RASSEMBLEMENT SOCIAL DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 6092/2019/SEI-MCTIC, 28/02/2019

Processo: 01250.009357/2019-92

Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó

Rua João Fernandes S/Nº - Centro

CEP: 59378-000

São José do Seridó / RN

RUA: AVENIDA

URBEM DO BARRIO: NÚMERO DO BARRIO

PRONÚNCIA / PRONONCIATION

☐ EMSE☐ SEGURADO / VEICULO DE CLASSE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEVEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RECEPTION

CARTÃO DE SUPOSTO / CARTE DE SUPPOSE

Adauto Antonio de Medeiros

21.03.19

NOME DO NÚCLEO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU RASSEMBLEMENT SOCIAL DESTINATAIRE

Nº DO LIVRO DE REGISTRO DE RECEBIMENTO / N° DU LIVRE DE REGISTRE DE RECEBEMENT

NÚMERO DO NÚCLEO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / N° DU RASSEMBLEMENT SOCIAL DESTINATAIRE

Câmara Municipal de São José do Seridó
Assessoria de Comunicação e Relações Públicas
Fone: 51.629.088-7AC SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
21 MAR
RN

ENDEREÇO PARA ENTREGA DO OBJETO / ENDRECE DE DELIVRE DU OBJET

FEBREIRO 2019

Correios

AVISO DE
RECEBIMENTO



EXEMPLO DE COMO DEVE SER PREENCHIDO O AVISO

JU 17987103 5 BR

11 MAR 2019

BRASILIA-DF

RECEBIDA COM LETRA DE FORMA

TESTEMUNHAS DE ENTREGA / TESTAIGNAIS DE LIVRAISON

: h

: h

: h

Assinatura do Destinatário / Signature of the Addressee

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espanhola dos Ministérios, Bloco H, Sala 507 Anexo Oeste
70.144-000 - Brasília - DF

Código Localidade

ISSUADO
EM 11/03/2019



ESPECÍMEN PARA
DEPOSITO
RECEBIMENTO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 15115/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de maio de 2019.

À

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel

SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul

70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Informo a instauração do Processo nº 01250.009357/2019-92, de interesse da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, sediada em São José do Seridó / RN, para renovação da outorga referente ao período de 20/04/2009 a 20/04/2019.

2. Ressalto que, segundo o § 1º do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.

3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/06/2019, às 13:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4162151** e o código CRC **0660C8A8**.

Referência: Processo nº 01250.009357/2019-92

SEI nº 4162151



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 15119/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 07 de maio de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da **Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó** (CNPJ nº 06.182.931/0001-34)

Rua João Fernandes S/Nº - Centro

59.378-000 São José do Seridó / RN

Assunto: **Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.009357/2019-92.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que consta nesta Coordenação-Geral o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 20/04/2009 a 20/04/2019, protocolizado sob o nº 01250.009357/2019-92, e que o assunto se encontra em análise.

2. Esclareço que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério, conforme previsão do § 1º do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.

3. Solicito, ainda, que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

4. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/06/2019, às 13:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4162181** e o código CRC **77283DE8**.

Referência: Processo nº 01250.009357/2019-92

SEI nº 4162181

Data de Envio:

06/06/2019 14:23:38

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

tibau@tibau.com.br

luiznazareno@yahoo.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.009357/2019-92

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4162181.html



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 05640770000112

Emitida às 10:23:04 do dia 21/10/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 21/10/2020 08:50:17

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN
Município: São José do Seridó
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DA ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ RN
Nome Fantasia: BONITA FM
Logradouro: RUA JOÃO FERNANDES
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

CNPJ: 05.640.770/0001-12
Bairro: LIBERDADE
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 05640770000112

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DA ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ RN

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 59378000
Número: S/N
Município: São José do Seridó
Telefone: 61 0000000000
Logradouro: RUA JOÃO FERNANDES
Complemento:
Distrito:
Bairro: LIBERDADE
SubDistrito:
Estado: RN
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 59378000
Número: S/N
Município: São José do Seridó
Telefone:
Logradouro: RUA JOÃO FERNANDES
Complemento:
Distrito:
Bairro: LIBERDADE
SubDistrito:
Estado: RN
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 20/04/2009
Data Limite Instalação:
Número do Processo: 530000145392004
Fistel: 50404573916
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	508		Portaria	MC	13/09/2007	17/09/2007	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	4255		ATO	CMPRL	18/07/2008	21/07/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	83		Decreto Legislativo	CN	17/04/2009	20/04/2009	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	5270		ATO	CMPRL	17/09/2009	18/09/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	3950		Portaria	MC	25/11/2016	16/12/2016	Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

» Endereços

☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
 Cep: 59378000
 Número: S/N
 Município: São José do Seridó

Logradouro: RUA JOÃO FERNANDES
 Complemento:
 Distrito:
 Bairro: LIBERDADE
 SubDistrito:
 UF: RN

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 6S262407 Longitude: 36W522856 Raio: 13

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 06S264800 Longitude: 36W525300

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m
 Raio da Área de Serviço: 1 km

☐ Estúdio Principal

País: Brasil
 Cep: 59378000
 Número: S/N
 Município: São José do Seridó

Logradouro: RUA JOÃO FERNANDES
 Complemento:
 Distrito:
 Bairro: LIBERDADE
 SubDistrito:
 UF: RN

» Estação Principal

☐ Antena Principal

Fabricante: APEL APLICACOES ELETRONICAS IND E COMERCIO LTDA
 Modelo: ATC 01
 Polarização: Vertical
 Beam-Tilt: graus
 HCI: 28 metros
 Ganho: 0 dBd
 Orient. NV: graus
 Preenchimento de nulos: (%)

Descrição: MONOPOLO VERTICAL

Máximo: 200 Digitados: 17

☐ Transmissor Principal

☐ Linha Transmissão

Fabricante: CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA
 Modelo:
 Comprimento: m
 Impedância: ohms
 Atenuação: dB/100m

» Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: 53000 . 014539 / 2004 Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: 53500 . 017805 / 2008 Ex.:

Checar

Observação:

Máximo: 200 Digitados: 0

Este campo será apresentado nas observações da Licença.

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DA
ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ RN - CNPJ/CPF(05.640.770/0001-12)

Município/UF: SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN

Indicativo: ZYW271

Situação: Entidade devedora
(Bloqueada)

Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

22:00 ▼

✗

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.009357/2019-92.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.009357/2019-92, de interesse da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (evento SEI 6005654).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.

Brasília, 21 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgenstern Aiub, Engenheiro**, em 27/10/2020, às 13:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6005664** e o código CRC **CDF9B5B2**.

Minutas e Anexos

6005659

Referência: Processo nº 01250.009357/2019-92

SEI-MCOM nº 6005664



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.640.770/0001-12
Certidão nº: 27892538/2020
Expedição: 26/10/2020, às 14:47:47
Validade: 23/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.640.770/0001-12**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.640.770/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/04/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ENCOMUM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MANOEL SABINO	NÚMERO 551	COMPLEMENTO S/COMP
CEP 59.378-000	BAIRRO/DISTRITO LIBERDADE	MUNICÍPIO SAO JOSE DO SERIDO
		UF RN
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (84) 3478-2358	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/04/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/10/2020** às **14:35:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.640.770/0001-12

Razão Social: ASSOC EDUC COMUN MORAD USUARIOS AGUA

Endereço: RUA JOAO FERNANDES SN / LIBERDADE / SAO JOSE DO SERIDO / RN /
59378-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/10/2020 a 21/11/2020

Certificação Número: 2020102304114157023987

Informação obtida em 26/10/2020 14:44:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Município:				UF:	
				CEP:	

Endereço:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN
CNPJ: 05.640.770/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:50:26 do dia 26/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/04/2021.

Código de controle da certidão: **4B3D.9331.22EA.4F3E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL																											
RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)														CNPJ													

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO	
BAIRRO	CIDADE
CIDADE (CONTINUAÇÃO Sul)	UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: N - Norte ou S - Sul)

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

BAIRRO **CIDADE**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: **N** - Norte ou **S** -[illegible]

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

MODELO

POTÊNCIA

Nº HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

[illegible]

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODEL O

POLARIZAÇÃO

V C E H

TIPO

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

				dBd			,	m				,	m					,	m
--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	--	---	---	--	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

--	--

COMPRIMENTO (L)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

			,		m			,			dB			,			dB			,			
--	--	--	---	--	---	--	--	---	--	--	----	--	--	---	--	--	----	--	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

$d(\text{km})$ = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CIDADE

UF

CEP

TELEFONE

FAX

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | / | | / | | |

[illegible]

||| / ||| / ||| |||

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4968/2020/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.009357/2019-92.

INTERESSADA: Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN.

ASSUNTO: CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 1 (UM).

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó/RN, apresentou requerimento de renovação da autorização cf. SEI 3986778 fl 2-5 em 14 de março de 2019, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 20 de março de 2019. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

2.1 Estatuto Social:

2.1.1 Adequação à Portaria: Da análise do estatuto social, constam divergências em relação ao art. 40 c/c art. 130, § 1º, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018, a saber:

- Prever que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados e que o ingresso seja **gratuito** conforme o art. 40, inciso II da Portaria. A Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

- Prever expressamente que a diretoria será reconduzida por, **no máximo, uma vez**, para qualquer um dos cargos, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.

2.1.2 Adequação ao Código Civil: O estatuto social deve conter a(s) seguinte(s) disposição(ões) prevista(s) no Código Civil, conforme art. 130, § 1º,

inciso II c/c art. 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018:

- **Art. 54 do CC:** Prever os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

- **Art. 57 do CC:** Prever que a exclusão do associado só é admissível havendo **justa causa**, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Assim, para prosseguimento, a Radiodifusora deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições da Portaria e do Código Civil.

Observação: O estatuto social deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

2.2 Relatório do Conselho Comunitário: Enviar relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, datado do ano de **2020**, contendo a grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme art. 116 c/c art. 130, § 1º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações. O relatório e as assinaturas não necessitam de reconhecimento em cartório. Não é necessário enviar os documentos pessoais dos conselheiros comunitário.

Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.

Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.

Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), e com o número do CNPJ de cada uma das entidades representadas.

2.3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): Enviar Certidão Negativa de Débitos da Anatel consultando o sítio eletrônico da Anatel.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde

que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 27/10/2020, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 29/10/2020, às 12:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6022612** e o código CRC **4CEB1597**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 7221/2020/MCOM

Brasília, 27 de outubro de 2020.

Senhor(a) [Cargo],

À Senhora

Adeilda Dantas de Medeiros

Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN (CNPJ

05.640.770/0001-12)

Rádio Bonita FM

Rua Manoel Sabino 551, Bairro Liberdade

59.378-000 São José do Seridó / RN

email: radiobonitafrn@yahoo.com.br

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.009357/2019-92.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4968/2020/SEI-MC** SEI 6022612 desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contado da data de recebimento deste Ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, **sob pena de indeferimento do pleito**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o

seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 29/10/2020, às 12:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6022615** e o código CRC **80C19D21**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7221/2020/MCOM - Processo nº 01250.009357/2019-92 - Nº SEI: 6022615



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

04/11/2020

DESTINATÁRIO

ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS
RUA MANOEL SABINO, 551
LIBERDADE
59378-000

SAO JOSE DO SERIDO RN

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO525071655BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.009357/2019-92;
1 - OFÍCIO: 7221/2020;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALECIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Camila Dias
Agente de Cartão - AF
Matr. 5.628.034-4

ASSINATURA DO RECEBEDOR

X *Arthur Melo de Medeiros*

SIGILO DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

18/11/2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

01245.013349/2020-53

**ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO
JOSÉ DO SERIDÓ/RN.**

Ofício 010/2020

São José do Seridó/RN, 30 de novembro de 2020.

Ao

Ministério das Comunicações – Brasília/DF.

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para entrega de documentos referentes ao processo nº 01250.009357/2019-92.

Prezada Coordenadora,

Considerando solicitação do Ministério das Comunicações, junto a Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN, através do ofício de nº 7221/2020/MCOM, de 27 de outubro de 2020;

Considerando que para encaminharmos a documentação solicitada precisaremos de serviço cartorial, tendo, este, por força da Lei dos Registros Públicos Comentada um "prazo de 30 dias para proceder registros de documentos;" valendo salientar ainda que, além dos tramites do próprio cartório, também há necessidade de procedermos ações internas, como realizar assembleia geral, por exemplo, para pudermos levar a documentação ao cartório, o que nos deixa, portanto, impossibilitados de cumprir o prazo de 30 dias nos dado por este ministério.

Deste modo, solicito a V. Ex.ª prorrogação de prazo para cumprimento das exigências solicitadas.

Sem mais no momento, subscrevo-me, no que peço deferimento.

Atenciosamente,

Adeilda Dantas de Medeiros

Adeilda Dantas de Medeiros

Presidente

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 14/12/2020 às 14:00 horas

Assinatura: Milton Silva

AR

CARIMBO

CARIMBO

07 E 2003

00 SERVICIO

ETIQUETTA

Correios
REGISTRADO URGENTE
registered priority

Period (mg)

100

AR
MIP

Assessment

One

JU 93970349 0 BR

**DESTINATÁRIO / Recipient**

TELEPHONE/Phone number

ENDEREÇO/Address

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ENDEREÇO / Address:
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R - SEPRAD / SEPCO

Explanada del Ministerio, Bloque R- SERAD / SERCO

CEP
Zip

0	0	4	4	0	0	4
---	---	---	---	---	---	---

Cidade/City

Brazilia

UF/State

DE

Pals/Country

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
Adulda Dantas de Menezes			
ENDEREÇO / Address			
Rua Manoel Sabino, 553			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
59378000	São José do Serido	RN	



RECICLAR MATERIAIS E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE
To recycle materials is to preserve the environment



DEVOLUÇÃO / Return		(CN15)
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)	
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (Insufficient Address)	
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non Existing Number)	
<input type="checkbox"/> Não procurado (Not Searched)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)	
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)		
Tentativas de entrega (Delivery attempts)		
1° / / às 2° / / às 3° / / às		
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager)		
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / / (Reinstated to postal service)		
Data: / /	Assinatura:	
Date	Signature	

01245-001563/2021-48

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN

Ofício 001/2021

São José do Seridó/RN, 05 de janeiro de 2021.

Ao

Ministério das Comunicações – Brasília/DF.

Assunto: envio de documentos referente ao processo nº 01250.009357/2019-92.

Prezada Coordenadora,

Considerando solicitação do Ministério das Comunicações, junto a Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó/RN, através do ofício de nº 7221/2020/MCOM, de 27 de outubro de 2020,

Considerando que justificadamente solicitamos prorrogação do prazo inicial nos dado na referida nota técnica, devido os tramites e prazos cartoriais, me sirvo do presente expediente, para encaminhar a este ministério toda documentação solicitada, a saber:

- 1 – Cópia do ESTATUTO REFORMADO, bem como cópia da CERTIDÃO CARTORIAL;
- 2 – Cópia do RELATÓRIO DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO, devidamente assinado por todos os conselheiros; e
- 3 – Cópia da CERTIDÃO DA ANATEL.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Adeilda Dantas de Medeiros
Presidente

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 21/01/21 às 15:30 horas

Assinatura: Ailton Silva

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Centro, São José do Seridó/RN.

CEP: 59.378-000 -

CNPJ: 05.640.770/0001-12

EDITAL EXTRAORDINÁRIO

Esta presidência vem através do presente edital convocar os sócios da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, visando discutir e aprovar reforma do estatuto da entidade. A referida assembleia ocorreria dia 14 de dezembro, do ano em curso, às 19h30, na sede da associação, a saber: rua Manoel Sabino, Nº 551, Centro, São José do Seridó/RN.

São José do Seridó/RN, 07 de dezembro de 2020.

Atenciosamente,



Adeilda Dantas de Medeiros - Presidente

CPF: 708.192.974-53

2029

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
ESTATUTO SOCIAL DEVIDAMENTE REFORMADO
EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020
SÃO JOSÉ DO SERDÓ/RN.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º A Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó - RN, é uma instituição civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, situada a rua Manoel Sabino, nº 551, Centro, município de São José do Seridó/RN, com foro na comarca de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte e reger-se-á pelas disposições legais e por este Estatuto.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º A Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó – RN, tem por finalidade o atendimento a comunidade, com vistas a:

I – contribuir para o desenvolvimento econômico e social das famílias, através do apoio e participação da realização de obras e melhoramentos comunitários ou atividades que venham beneficiar diretamente as famílias, com recursos próprios, cedidos ou doados;

II – contribuir para a organização das famílias nas atividades comunitárias;

III – promover a auto-organização das famílias nos trabalhos educativos, com vistas a melhoria dos níveis de consciência crítica, política e coletiva;

IV – promover atividades sociais, culturais e desportivas para os seus associados e suas famílias;

V – buscar e gerenciar recursos em nível municipal, estadual, federal e internacional, nas áreas sociais, cultural, agropecuária, que venham beneficiar as famílias, de forma geral, coletiva e comunitária;

VI – promover a execução do serviço de radiodifusão.

VII – manter intercâmbios com associações congêneres e afins, visando troca de experiências;


VIII – divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações;

IX – organizar um arquivo público com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas no seio da comunidade ou do interesse geral.

X – colaborar com o poder público para o efetivo controle do fornecimento de água aos associados, em quantidade e qualidade compatíveis com suas necessidades.

XI - executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente do serviço de radiodifusão comunitária.

Art. 3º A Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó – RN, atenderá em sua atuação aos seguintes princípios:



(203/2021)

I – preferências a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefícios do desenvolvimento geral da comunidade e do acesso a água;

II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos seus membros;

III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa humana;

IV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo único - Qualquer cidadão da comunidade terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideais, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, através de pedido encaminhado à direção responsável pela rádio.

CAPÍTULO III DO QUADRO SOCIAL

Art. 4º A Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó – RN, é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- (a) Fundador - aquele que participaram do ato de sua constituição;
- (b) Contribuinte - aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida em Assembleia Geral e;
- (c) Benemérito - aqueles que receberam esse título, por maioria simples de votos da Assembleia Geral, por reconhecimento a relevante contribuição prestado à Entidade.

Art. 5º A toda e qualquer pessoa terá assegurado o seu direito de ingresso gratuito no quadro de associados da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó - RN.

SEÇÃO I DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Art. 6º São direitos dos sócios, quites com a tesouraria da associação e em pleno gozo das regalias que lhes assegurem este estatuto:

- I – usufruir de todos os serviços oferecidos pela associação;
 - II – recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva;
 - III – votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
 - IV – participar de qualquer promoção levada a efeito pela associação;
 - V – oferecer sugestões;
 - VI – requerer a convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário.
- R
- Assinatura*

209

SEÇÃO II DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 7º São deveres dos sócios:

- I – cumprir o estatuto, os regulamentos e as disposições da associação;
- II – exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III – colaborar com iniciativas da Associação;
- IV – pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria Executiva.

Art. 8º O sócio que de alguma forma infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da associação, fica sujeito as seguintes sanções:

- I – advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
- II – suspensão de 1 a 6 meses:
 - a) Os reincidentes em infração punida por advertência;
 - b) Os que estejam em atraso, há 3 meses ou mais nos pagamentos das contribuições pecuniárias.
- III – exclusão
 - a) os reincidentes em infração punida com suspensão.

§1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, dela cabendo recurso à Assembleia Geral;

§2º A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo;

§3º A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

§4º Fica garantido a ampla defesa a todo e qualquer associado.

CAPITULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal e;
- IV- Conselho Comunitário Consultivo.

§1º O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos neste artigo não será remunerado.

§2º É proibido o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral.

[Handwritten signature]

209

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10 A Assembleia Geral é órgão supremo da associação constituído por todos os sócios em plenos exercícios de seus direitos.

§1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva, ou mediante requerimento de um terço de associados quites com suas obrigações;

§2º A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade com antecedência de 8 (oito) dias;

§3º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada seis (06) meses e extraordinariamente sempre que necessário e delibera:

I – Em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;

II – Em Segunda convocação, meia hora após, com a presença de 1/3 um terço dos associados;

§4º A Assembleia geral será presidida pelo presidente da instituição, em sua ausência será presidida pelo vice-presidente.

§5º Na ausência dos diretores da instituição, a Assembleia Geral poderá ser presidida por qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes;

Art. 11 Compete privativamente a Assembleia Geral:

I – reformar o estatuto quando necessário;

II – eleger e destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e conselho fiscal;

III – decidir sobre programa de trabalho da associação e respectivos orçamentos.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 12 A Diretoria Executiva será composta de:

I - presidente,

II - vice-presidente,

III - secretário,

IV – tesoureiro

§1º. Fica definido que esta nova composição passa a vigorar a partir de 2023, quando encerrará o mandato da atual diretoria.

§2º. A diretoria poderá ser reeleita uma única vez, para mandatos consecutivos.

Art. 13 A diretoria executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do presidente e/ou por maioria de seus membros e extraordinariamente, sempre que necessário.

A

Angelo

2069

Art. 14 As decisões da diretoria executiva serão tomadas por maioria simples de seus membros;

Art. 15 Compete a Diretoria Executiva:

- I – acolher qualquer reclamação dos associados;
- II – cumprir e fazer cumprir o presente estatuto ou outros regulamentos aprovados;
- III – fixar o valor da contribuição social;
- IV – executar o plano de trabalho de desenvolvimento da associação;
- V – aprovar o quadro de pessoal administrativo da associação;
- VI – exonerar o pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social;
- VII – convocar a assembleia geral;
- VIII – interpretar o presente estatuto junto com os associados, e decidir sobre os casos omissos;
- IX – aprovar pedidos de novos sócios;
- X – requerer através da associação, junto aos programas sociais da prefeitura, governo estadual, federal, e instituições internacionais, benefícios, programas e projetos que venha beneficiar a comunidade de forma coletiva, grupal e comunitária;

§1º A Diretoria Executiva terá um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido uma única vez, por igual período.

SEÇÃO III DO PRESIDENTE

Art. 16 Compete ao presidente:

- I – representar a associação ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II – proteger o patrimônio da associação;
- III – receber doações ou outros similares;
- IV – examinar e assinar com o tesoureiro balancetes mensais e balanços;
- V – aprovar propostas de inscrições de sócios. As propostas não aprovadas devem ser remetidas com as justificativas cabíveis à assembleia geral para exame;
- VI – assinar com o secretário a correspondência da associação;
- VII – realizar mediante aprovação da assembleia geral, contratação de empréstimos e outras obrigações necessárias de acordo com os objetivos da associação;
- VIII – movimentar conta bancária e emitir cheques juntamente com o tesoureiro.

0

[Assinatura]

207/2

SEÇÃO IV DO VICE-PRESIDENTE

Art. 17 Compete ao vice-presidente:

- I – substituir o presidente em suas ausências e impedimentos;
- II – participar das assembleias gerais, ordinárias e em caráter extraordinário;
- III – ajudar na administração da associação direta e indiretamente;

SEÇÃO V DO SECRETÁRIO

Art. 18 Compete ao secretário:

- I – assinar com o presidente a correspondência da associação;
- II – organizar e dirigir os trabalhos e assuntos da secretaria da Associação;
- III – elaborar e assinar juntamente com a diretoria e os sócios presentes atas de reuniões.

SEÇÃO VI DO TESOUREIRO

Art. 19 Compete ao tesoureiro:

- I – responder pela guarda dos valores
- II – movimentar contas bancárias e emitir cheques juntamente com o presidente;
- III – assinar com o presidente balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos.

SEÇÃO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 20 O conselho fiscal será composto de três membros titulares e dois suplentes, eleitos pela assembleia geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único - O conselho fiscal se reunirá ordinariamente a cada seis (06) meses para examinar as contas da diretoria executiva e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 21 Compete ao conselho fiscal:

- I – fiscalizar todo o movimento da associação quer de receita, quer de despesas;
- II – fazer relatório do setor de quaisquer efeitos, encaminhando-o ao presidente da diretoria executiva;
- III – verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados sem zelo e bem guardados;

9

[Assinatura]

IV – examinar a procedência dos motivos alegados pela diretoria para recursos, pedidos de inscrições de sócios, e da mesma forma, os fatos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativas dos próprios associados.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO

Art. 22 O Conselho Comunitário Consultivo será composto por no mínimo 05 (cinco) representantes de Entidades de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, sediadas no município de São José do Seridó/RN, que elegerão entre si, na primeira reunião, presidente e secretário, com mandato de 04 (quatro) anos. Este Conselho terá função de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Art. 23 O Conselho Comunitário Consultivo poderá ser convocado pelo seu presidente, pela maioria de seus membros, pela Diretoria Executiva e conselho fiscal da entidade ou por requerimento assinado por dois terços dos sócios quites com suas obrigações.

Parágrafo único. O conselho se reunirá extraordinariamente, sempre que necessário, e ordinariamente a cada seis meses.

Art. 24 A pauta dos assuntos submetidos ao Conselho, bem como os processos individualizados correspondentes a pauta, serão remetidos pela presidência da associação, setenta e duas horas antes da reunião, competindo ao Presidente do Conselho, designar os relatores, dentre os Conselheiros, que emitirão parecer conclusivo, na data marcada para a reunião.

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho Comunitário Consultivo poderá convocar nova reunião para concluir a discussão dos processos, se necessário, dentro de setenta e duas horas subsequentes à reunião.

Art. 25 Os pareceres e opiniões emitidos pelo Conselho Comunitário Consultivo terão valor referencial e informativo e nortearão as decisões da Diretoria Executiva

CAPÍTULO - VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 26 As eleições para membros da Diretoria executiva e Conselho Fiscal, dar-se-á por votação direta ou aclamação.

Art. 27 Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes nas eleições.

Art. 28 Votarão e serão votados os sócios que estiverem quites com a tesouraria e que sejam sócios há pelo menos 06 (seis) meses antes das eleições.

§1º Cada sócio somente poderá concorrer às eleições em uma chapa ou um cargo da mesma chapa.

§2º Para dirimir todo o processo eleitoral poderá, por decisão da maioria da Diretoria Executiva, ser criada uma Comissão de 03 (três) sócios quites com suas obrigações, 30 dias antes do pleito, para dirimir todo processo eleitoral.

(209)

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO

Art. 29 O patrimônio da associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos e será constituído de receitas e bens tais como:

- I – contribuição paga pelos sócios;
- II- doações e auxílios pecuniários públicos e privados;
- III – produtos resultantes da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios;
- IV – receitas oriundas de promoções realizadas pelos sócios;
- V – outras receitas.

§1º Os bens patrimoniais da associação não serão penhorados sem a participação e decisão de assembleia geral, onde deverá contar com a presença de 50% e mais 1 dos associados;

§2º Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela diretoria.

§3º Os sócios não assumirão nenhuma responsabilidade financeira cometida por descasos da diretoria executiva e da associação, sem que seja aprovada em assembleia geral.

CAPÍTULO VIII DA DISSOLUÇÃO OU EXTINÇÃO

Art. 30 A extinção da associação se dará por decisão da assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando o seu quadro social estiver reduzido a menos de oito membros, sem que seja manifestado interesse de continuidade e renovação de seu quadro social.

Art. 31 Em caso de sua extinção, todo seu patrimônio moveis e imóveis serão doado a associação comunitária ou às famílias carentes da comunidade, sempre por decisão da assembleia geral, com a presença de 50% e mais um dos associados existentes à época;

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 No término do mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ambos têm trinta dias para entregar toda a prestação de contas da associação à nova diretoria.

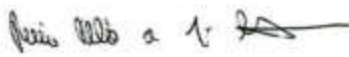
Art. 33 O presente estatuto só poderá ser modificado no todo ou em partes mediante assembleia geral convocada para este fim, estando presente pelo menos 1/3 dos associados quites.

Art. 34 Os casos omissos serão discutidos e resolvidos pela Assembleia Geral.

São José do Seridó, 14 de Dezembro de 2020



Adeilda Dantas de Medeiros - Presidente
CPF: 708.192.974-53


Benedito de Medeiros Neto
Advogado
OAB/RN 5876



CARTÓRIO ÚNICO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Tabelião Interino: Ítalo Ramon Chianca e Silva

NÚMERO DE ORDEM: 147

DIA E MÊS: 05/01/2021

NATUREZA DO TÍTULO: ALTERAÇÃO

QUALIDADE DO LANÇAMENTO: REGISTRO INTEGRAL/ AVERBAÇÃO

NOME DO APRESENTANTE: ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS

APRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA: ADEILDA DANTAS DE MEDEIROS

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO DAS ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN

ANOTAÇÕES E AVERBAÇÕES:

1. CERTIFICO a AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN, que foi realizada no Livro A-5, através do Registro nº 134, às fls. 192 a 210, Protocolo 147, do RCPJ deste Cartório Único de São José do Seridó/RN, nos termos do art. 303 do Código de Normas de Serviços de Registros e de Notas do Estado do Rio Grande do Norte.
2. Tal registro fora averbado no AV-5-40, do Livro A-3, às fls. 21, do RCPJ deste Cartório Único de São José do Seridó/RN.



Ítalo Ramon Chianca e Silva
Tabelião Público e Registrador Interino



Poder Judiciário do RN
Selo Digital de Fiscalização
Normal

RN202100955050000009UTR

Confira em: <https://selodigital.tjm.jus.br>

RECIBO	VALORES
EMOLUMENTOS	R\$ 299,56
FDJ	R\$ 78,83
FCRCPN	R\$ 29,95
FRMP	R\$ 9,38
PGE	R\$ 2,05
ISS	R\$ 14,98
TOTAL	R\$ 434,75
Guia do FDJ N°	7000003779626

Cartório Único de São José do Seridó - CNPJ: 08.220.923/0001-60 - Rua Elza Dantas, nº 02 - Centro - São José do Seridó/RN - Fone: (84) 9.8620 2150 - e-mail: cartoriosaojoseseridorn@gmail.com

AA000198789

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Centro, São José do Seridó/RN.

CEP: 59.378-000 -

CNPJ: 05.640.770/0001-12

EDITAL EXTRAORDINÁRIO

Ficam através do presente edital convocados os membros do Conselho Comunitário Consultivo da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, visando discutir e aprovar relatório da grade de programação da emissora BONITA FM 87,9. A referida assembleia ocorrerá dia 04 de dezembro, do ano em curso, às 19h30, na sede da associação, a saber: rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Centro, São José do Seridó/RN.

São José do Seridó/RN, 01 de dezembro de 2020.

Atenciosamente,



Conselho Comunitário Consultivo

ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS E COMUNICAÇÕES DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ-RN

RUA MANOEL SABINO, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN.

CEP: 59.378-000

CNPJ: 05.640.770/0001-12

RELATÓRIO DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Em reunião ordinária do Conselho Comunitário Consultivo da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN, ocorrida no dia 04 de dezembro, do corrente ano, na sede da entidade a Rua Manoel Sabino, Nº 551, Bairro Liberdade, São José do Seridó/RN, os conselheiros presentes debateram e deliberaram sobre a grade de programação da rádio FM BONITA, no que segue: após a explanação da Sra. presidenta da entidade Adeilda Dantas de Medeiros que apresentou como vinha se dando a grade de programação da referida emissora, os conselheiros afirmaram vir acompanhando na íntegra a programação, avaliando como satisfatória, reconhecendo atender os preceitos da legislação do serviço de radiodifusão comunitária. Avaliam como sendo uma grade diversificada que valoriza as manifestações culturais da cidade e da região, bem como do estado, como cantoria de viola, por exemplo. Na oportunidade, os conselheiros presentes reconheceram os esforços da diretoria em atender as observações do colegiado que, por meio de um relatório anterior apontou a necessidade da emissora melhorar sua programação jornalística. Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. Segue abaixo, a íntegra da grade, para os devidos fins.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SEGUNDA-QUINTA

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:30	Bonita ao som da viola	Carlos Alberto e Francisco
7:30 às 8:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
8:00 às 11:00	Liberdade Ativa	Francenilda
11:00 às 12:00	Hora do Ídolo	(sem comunicador)
12:00 às 13:30	Jornal 87	Diógenis
13:30 às 15:30	Identidade Jovem	Diógenis
15:30 às 17:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
17:00 às 17:30	Prog. Cidade Campo	Gaspar
17:30 às 18:00	Complemento musical	(sem comunicador)
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	(sem comunicador)
20:00	Término da prog. diária	(sem comunicador)

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SEXTA-FEIRA

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:30	Bonita ao som da viola	Carlos Alberto e Francisco
7:30 às 8:00	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)

8:00 às 11:00	Liberdade Ativa	Francenilda
11:00 às 12:00	Programa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Jair Rodrigues
12:00 às 13:30	Jornal 87	Diógenis
13:30 às 15:30	Identidade Jovem	Diógenis
15:30 às 17:30	Comp. musical e apoios cult.	(sem comunicador)
17:30 às 18:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
18:00hs	Transmissão da sessão da Câmara Municipal de vereadores	Sem Comunicador.
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	Sem Comunicador. Após a Voz do Brasil a rádio encerra sua programação.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE SÁBADO

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 8:00	Terreiro da Fazenda	José Antônio
8:00 às 10:00	Sem Radar	Luana Carcará
10:00 às 13:00	Complemento musical	(sem comunicador)
13:00 às 15:00	Vaquejada e companhia	Joadir e Minor
15:00 às 17:00	Sábado Show	Joadir e Mirian
17:00 às 18:00	Encontro com poesia	José Antônio
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
19:00 às 22:00	O amor está no ar, após o programa a fm fecha.	José Antônio

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO BONITA FM, 87,9 DE DOMINGO

HORÁRIO	NOME DO PROGRAMA	NOME DO COMUNICADOR
5:00 às 5:30	Vinheta de abertura e Ofício de Nossa Senhora	(sem comunicador)
5:30 às 7:00	Bom dia Sertão	José Antônio
7:00 às 8:00	Transmissão da missa direto da Igreja de Nossa Senhora da Luz	(sem comunicador)
8:00 às 11:00	Programa encontro com os artistas da terra	Paulo Gorgônio
11:00 às 13:00	Complemento musical	(sem comunicador)
13:00 às 18:00	Programa restrito as Igrejas Evangélicas	Pastores
18:00 às 19:00	Católico por amor	Pe. João Júnior e Pastorais
19:00 às 20:30	Transmissão da Missa direto da Igreja matriz de São José, após a missa a rádio fecha.	(sem comunicador)

Marlete Assis de Medeiros Bernardino

RG: 831.610 e CPF: 053.070.554-04.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Seridó/RN

CNPJ: 08.096.042/0001-80.

Marlete Assis de Medeiros Bernardino

Francisco das Chagas da Silva

RG: 847.715 e CPF: 914.417.654-68

Associação dos Cantores, Compositores e Artistas Semelhantes de São José do Seridó/RN

CNPJ: 07.678.755/0001-99

Francisco das Chagas da Silva

Joel Dantas

RG: 1.784.095 e CPF: 011.901.474-24

Associação dos Jovens Rurais do Projeto de Assentamento Seridó .

CNPJ: 07.362.899/0001-31 "

Joel Dantas

Josemar Araújo de Medeiros

RG: 830.694 e CPF: 720.753.924-04

Associação Comunitária dos Produtores e Pescadores da Comunidade São Paulo

CNPJ: 04.242.231/0001-62.

Josemar A. de Medeiros

Luciane Alves Chianca Pereira

RG: 1.237.521 e CPF: 812.618.946-91.

Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Nova Bonita.

CNPJ: 02.330.416/0001-01.

Luciane Alves Chianca Pereira



ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações



Menu Principal ▾

BOA TARDE
adeilda dantas de medeiros

Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta

menu ajuda



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS. EDUC. DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUARIOS DA AGUA DO
MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO SERIDO RN

CNPJ: 05.640.770/0001-12

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:16:34 do dia 28/12/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/01/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

DAI

AR

CARIMBO



ETIQUETA

Correios		REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight
Recebedor			X AR MP
Assinatura	Doc.		
JU 93970365 9 BR			

DESTINATÁRIO / Recipient		TELEFONE / Phone number	
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações			
ENDEREÇO / Address			
Esplanada dos Ministérios, Bl. R - SERAD/SERCO			
CEP Zip	70044-900	CIDADE / City	Brasília
UF / State	DF	PAÍS / Country	

para obter detalhes consulte o site www.correios.gov.br

REMETENTE / Sender

TELEFONE/Phone number

Adilza Pontas de Medeiros

ENDEREÇO/Address

R. Manoel Sabino, 551

Centro

CEP/Zip

59378000

CIDADE/City

São José do Seridó

UF/State

RN

PAÍS/Country



765000636

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
"To recycle materials is to preserve the environment"

**DEVOLUÇÃO / Return**

- ☐ Mudou-se (Moved)
☐ Recusado (Refused)
☐ Desconhecido (Unknown)
☐ Não procurado (Not found)
☐ Ausente (Absent)

Tentativas de entrega / Delivery attempts

1ª / 1st to 2ª / 2nd

- ☐ Informação prestada pelo remetente (Information provided by the sender)
☐ Reintegrado ao serviço postal (Reintegrated to postal service)

Data: / / Assinatura: /
Date: / / Signature: /

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.640.770/0001-12

Razão Social: ASSOC EDUC COMUN MORAD USUARIOS AGUA

Endereço: RUA JOAO FERNANDES SN / LIBERDADE / SAO JOSE DO SERIDO / RN / 59378-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/01/2021 a 24/02/2021

Certificação Número: 2021012604511202914884

Informação obtida em 01/02/2021 10:41:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.009357/2019 Localidade / UF: SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
Entidade: ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN
Aviso: 21 Publicação: 22/05/2006 Prazo: 91 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Azevedo Brito da Silva	022.210.064-88	2º Secretário	03/03/2019 03/03/2023	
Maria Aparecida dos Santos	761.214.704-10	1º Tesoureiro	03/03/2019 03/03/2023	
ADEILDA DANTAS DE MEDIROS	708.192.974-53	Presidente	03/03/2019 03/03/2023	
Jose Antonio da Silva	850.499.994-72	Vice-Presidente	03/03/2019 03/03/2023	
Jocelene Claro de Medeiros	259.611.548-40	2º Tesoureiro	03/03/2019 03/03/2023	
Josefa Maria dos Santos da Silva	703.597.764-34	1º Secretário	03/03/2019 03/03/2023	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Volume de processo de renovação de outorga digitalizado: 01250.009357/2019-9
Req. Anexo5 tempestivo: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 2-5
Estatuto Social: 01245.001563/2021-48 SEI 6395834 fl 3-10
Ata Eleição: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 20-27
Comprov. maior. e nacional.: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 20-28
Rel. Conselho Comunit.: 01245.001563/2021-48 SEI 6395834 fl 13-15
Declar. conformidade: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 2-5
CNPJ: 01250.009357/2019-92 SEI 6020066 fl 1
CND Anatel: 01245.001563/2021-48 SEI 6395834 fl 16
CND FGTS: 01250.009357/2019-92 SEI 6449892 fl 1
CND RFB: 01250.009357/2019-92 SEI 6020066 fl 1
CND TST: 01250.009357/2019-92 SEI 6020159 fl 1
Consulta TSE: todos sem vínculo em 26/10/2020
Consulta TRF5-RN: todos nada consta criminal e eleitoral em 26/10/2020
Airton José Ruschel
URSC-01/02/2021

AIRTON JOSE RUSCHEL



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Data de Envio:

01/02/2021 12:50:59

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
<coroc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mctic.gov.br
airton.ruschel@mctic.gov.br
wagner.oliveira@mctic.gov.br
rubens.reis@mctic.gov.br

Assunto:

Informações sobre PAI de entidade comunitária que pleiteia renovação de outorga proc
01250.009357/2019-92

Mensagem:

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 01250.009357/2019-92

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN , autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó / RN , devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Aírton José Ruschel
URSC-COROC-SERAD-MCOM

Zimbra

coroc@mctic.gov.br

Re: Informações sobre PAI de entidade comunitária que pleiteia renovação de outorga proc 01250.009357/2019-92

De : cgfm@mctic.gov.br

Seg, 01 de fev de 2021 19:16

Assunto : Re: Informações sobre PAI de entidade comunitária
que pleiteia renovação de outorga proc
01250.009357/2019-92**Para :** COROC <coroc@mctic.gov.br>**Cc :** Rubens Goncalves dos Reis Junior
<rubens.reis@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informo que em relação à entidade ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DA ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ/RN, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no canal 200, na localidade de São José do Seridó/RN, consta o Processo de Apuração de Infração n. 53000.073225/2013, já concluído, em que houve, de acordo com a Portaria n. 3950/2016, de 25 de novembro de 2016, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 456,93 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), em razão da prática da infração capitulada no inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

Assinalo ainda que em consulta ao sistema SRD da ANATEL não há registro de outorga em nome da indagada Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN.

At.te,

Wagner

----- Mensagem original -----

De: "COROC" <coroc@mctic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br, "airton ruschel" <airton.ruschel@mctic.gov.br>, "Wagner Anibal de Oliveira" <wagner.oliveira@mctic.gov.br>, "Rubens Goncalves dos Reis Junior" <rubens.reis@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 1 de fevereiro de 2021 12:51:00

Assunto: Informações sobre PAI de entidade comunitária que pleiteia renovação de outorga proc 01250.009357/2019-92

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 01250.009357/2019-92

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó-RN , autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó / RN , devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Aírton José Ruschel
URSC-COROC-SERAD-MCOM



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS. EDUC. DE COMUNICAÇÃO DOS MORADORES E USUARIOS DA AGUA DO
MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO SERIDO RN

CNPJ: 05.640.770/0001-12

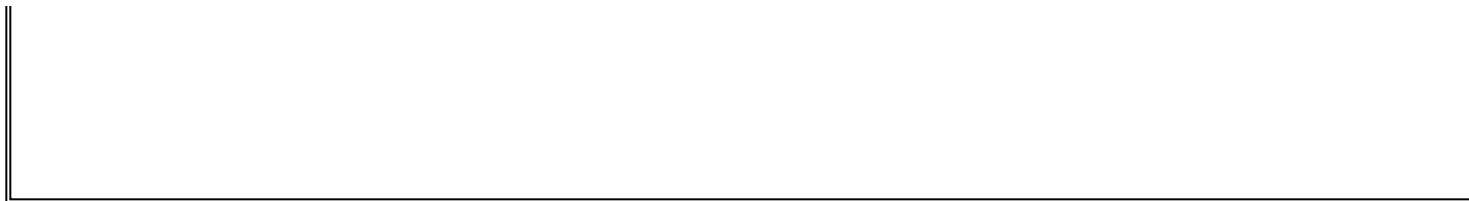
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:16:09 do dia 15/03/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/04/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.640.770/0001-12

Razão Social: ASSOC EDUC COMUN MORAD USUARIOS AGUA

Endereço: RUA JOAO FERNANDES SN / LIBERDADE / SAO JOSE DO SERIDO / RN /
59378-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/03/2021 a 03/04/2021

Certificação Número: 2021030502342842333256

Informação obtida em 15/03/2021 09:23:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.009357/2019 Localidade / UF: SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
Entidade: ASSOCIACAO DE AGUAS E COMUNICACOES DE SAO JOSE DO SERIDO-RN
Aviso: 21 Publicação: 22/05/2006 Prazo: 91 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Azevedo Brito da Silva	022.210.064-88	2º Secretário	03/03/2019 03/03/2023	
Maria Aparecida dos Santos	761.214.704-10	1º Tesoureiro	03/03/2019 03/03/2023	
ADEILDA DANTAS DE MEDIROS	708.192.974-53	Presidente	03/03/2019 03/03/2023	
Jose Antonio da Silva	850.499.994-72	Vice-Presidente	03/03/2019 03/03/2023	
Jocelene Claro de Medeiros	259.611.548-40	2º Tesoureiro	03/03/2019 03/03/2023	
Josefa Maria dos Santos da Silva	703.597.764-34	1º Secretário	03/03/2019 03/03/2023	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Volume de processo de renovação de outorga digitalizado: 01250.009357/2019-9
Req. Anexo5 tempestivo: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 2-5
Estatuto Social: 01245.001563/2021-48 SEI 6395834 fl 3-10
Ata Eleição: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 20-27
Comprov. maior. e nacional.: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 28-34
Rel. Conselho Comunit.: 01245.001563/2021-48 SEI 6395834 fl 13-15
Declar. conformidade: 01250.013004/2019-97 SEI 3986778 fl 2-5
CNPJ: 01250.009357/2019-92 SEI 6020066 fl 1
CND Anatel: 01250.009357/2019-92 SEI 6793561 fl 1
CND FGTS: 01250.009357/2019-92 SEI 6793585 fl 1
CND RFB: 01250.009357/2019-92 SEI 6020066 fl 1
CND TST: 01250.009357/2019-92 SEI 6020159 fl 1
Consulta TSE: todos sem vínculo em 26/10/2020
Consulta TRF5-RN: todos nada consta criminal e eleitoral em 26/10/2020
Airton José Ruschel
URSC-15/03/2021

AIRTON JOSE RUSCHEL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3020/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.009357/2019-92.

INTERESSADA: Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. COMUNITÁRIA. REVISÃO FINAL. DEFERIMENTO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São José do Seridó/RN, referente ao período de 20/4/2019 a 20/4/2029.

2. A outorga da autorização para a execução do referido serviço se materializou por intermédio da Portaria n.º 508, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 17/9/2007, cancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo n.º 83, publicado no DOU em 20/4/2009. Com efeito, depreende-se que a autorização em questão encontra-se vencida desde 20/4/2019, considerando que o prazo concedido para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de 10 (dez) anos.

3. Após o encaminhamento do Ofício n.º 6092/2019/SEI-MCTIC, a Radiodifusora apresentou pedido de renovação da outorga em 14/3/2019, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, bem como de seu art. 6º-B, inserido pela Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU em 29/2/2017, que estabeleceu que “a autorizada de serviço de radiodifusão comunitária que não apresentar o pedido de renovação de outorga no prazo previsto no caput do art. 6º-A será notificada pelo Poder Concedente, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta”. **(SEI 3986778)**

ANÁLISE

4. A instrução dos autos foi promovida com base nas disposições da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 130 da Portaria n.º 4.334/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria n.º 1.909/2018, de 6 de abril de 2018, que dispôs sobre os documentos necessários para instrução dos processos de renovação de outorga.

5. No que tange à radiodifusão comunitária, assim dispôs a Portaria n.º 4334/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, em seu art. 130:

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

6. Neste sentido, é de se verificar que os requisitos exigidos pela legislação encontram-se devidamente cumpridos, a saber:

7. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada apresentou todas elas, conforme pode-se inferir do “Check-list” juntado aos autos. Ademais, superada a demonstração de preenchimento de todos os requisitos, é importante informar que o quadro diretivo da entidade encontra-se regular, não tendo sido encontrados também indícios de vínculos vedados pelo art. 11 da Lei n.º 9.612/1998. O mandato da atual Diretoria expira em 3/3/2023. **(SEI 6793749)**

NOME	CARGO
Adeilda Dantas de Medeiros	Presidente
José Antônio da Silva	Vice-presidente
Josefa Maria dos Santos da Silva	1º Secretário
Maria Azevedo de Brito	2º Secretário
Maria Aparecida dos Santos	1º Tesoureiro
Jocelene Claro de Medeiros	2º Tesoureiro

8. As certidões acostadas aos autos comprovam a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ (SEI 6020066), as receitas administradas pela ANATEL (SEI 6793561), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI 6793585), os tributos federais e a dívida ativa da União (SEI 6020159) e a Justiça do Trabalho (SEI 6020159), o que leva a inferir o preenchimento de tais requisitos.

9. Tal documentação foi conhecida para fins de instrução processual, considerando a data de protocolo e sua relevância à época, com o intuito de evitar

reiteradas solicitações de documentos atualizados, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso do Poder Concedente na análise do feito.

10. Sobre o assunto, informa-se que alguns procedimentos têm sido adotados no âmbito desta Secretaria de Radiodifusão, com vistas a aperfeiçoar a tramitação das renovações de outorga e evitar a sobrecarga de processos. Quando se fizer necessária, a atualização da documentação será providenciada antes da submissão dos autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para fins de assinatura.

11. O relatório de apurações de infrações, referente ao período de vigência da outorga, foi solicitado à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento (CGFM), de onde se verificou que não foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização pelo Ministério das Comunicações. Assim, por presunção, inexistindo tais penalidades, não há óbice ao preenchimento deste requisito. **(SEI 6455513)**

12. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, a quem compete a decisão sobre o pedido, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial n.º 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU. **(SEI 6450406)**

13. É de se lembrar que tal decisão, conforme estabelece o artigo 223 da Constituição Federal, deve ser ratificada pelo Congresso Nacional.

CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, opina-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga e remessa dos autos ao Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados das minutas de Portaria e Exposição de Motivos, para apreciação e envio dos autos à Presidência da República para deliberação, e, em seguida, submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento aos ditames da Constituição da República.

15. Por fim, uma vez que a Radiodifusora apresentara o pedido de renovação intempestivamente, com base no art. 6º-B, §§ 3º e 4º da Lei n.º 9.612, de 1998, incluído pela Lei n.º 13.424, de 2017, encaminhou-se o assunto à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento, por meio do processo nº 53115.006996/2021-79 , para providências cabíveis.

À Consideração Superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.009357/2019-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 3020/2021, com aplicação do Parecer Referencial n.º 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria n.º _____, publicada em _____, que renova a outorga da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó (C.N.P.J. n.º 05.640.770/0001-12), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA N.º _____ MINUTA
DE _____ DE _____ DE 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos n.º 53000.014539/2004 e n.º 01250.009357/2019-92, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de abril de 2019, a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, inscrita no CNPJ n.º 05.640.770/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998,

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 06/05/2021, às 10:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 06/05/2021, às 10:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 06/05/2021, às 17:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 07/05/2021, às 18:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6793775** e o código CRC **A434096B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.009357/2019-92

SEI nº 6793775



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 2654, DE 19 DE MAIO DE 2021

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos n.º 53000.014539/2004 e n.º 01250.009357/2019-92, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de abril de 2019, a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, inscrita no CNPJ n.º 05.640.770/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 31/05/2021, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7368605** e o código CRC **4BDBF544**.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.009357/2019-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3020/2021, com aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 2654 de 19 de maio de 2021, publicada em _____, que renova a outorga da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó (C.N.P.J. nº 05.640.770/0001-12), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 31/05/2021, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7368627** e o código CRC **0F5C91AF**.

Ofício Interno nº 4329/2021/MCOM

Brasília, 19 de maio de 2021

À Senhora
Estella Dantas
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 2654/2021/SEI-MCOM (7368605) e
Exposição de Motivos (7368627)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 3020/2021/MCOM-SEI (6793775), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 2654/2021/SEI-MCOM (7368605) e Exposição de Motivos (7368627), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim**, **Secretário de Radiodifusão substituto**, em 20/05/2021, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7369542** e o código CRC **18C1C101**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 4329/2021/@setor@ - Processo nº 01250.009357/2019-92 - Nº SEI: 7369542

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 02/06/2021 16:44:00
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6441397
Data prevista de publicação: 08/06/2021
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
13560445	ATO PORTARIA MCOM NA 2547.rtf	65cc7134feedc74f1a3675742657250e	8,00	R\$ 264,32
13560446	ATO PORTARIA MCOM NA 2553.rtf	d3aa6601dce3d1e4c1e95fee5c223562	9,00	R\$ 297,36
13560447	ATO PORTARIA MCOM NA 2554.rtf	3c92d2293f3261a7434b00accff7efa8	9,00	R\$ 297,36
13560448	ATO PORTARIA MCOM NA 2654.rtf	23f7a5ae16da20b6b46f506efaa614df	6,00	R\$ 198,24
13560449	ATO PORTARIA MCOM NA 2598.rtf	448ee8f5f4ccc7833fa64681d17eaf30	8,00	R\$ 264,32
13560450	ATO PORTARIA MCOM NA 2681.rtf	eb3600146e65f8a7c7f519d7779cf22b	8,00	R\$ 264,32
13560451	ATO PORTARIA MCOM NA 2655.rtf	424e743750f920c9f581372ca9503989	6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			54,00	R\$ 1.784,16

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/06/2021 | Edição: 105 | Seção: 1 | Página: 7
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 2.654, DE 19 DE MAIO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos n.º 53000.014539/2004 e n.º 01250.009357/2019-92, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de abril de 2019, a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, inscrita no CNPJ n.º 05.640.770/0001-12, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Ofício Interno nº 5024/2021/MCOM

Brasília, 08 de junho de 2021

Ao (a) Senhor (a)
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos Renovação (7368627)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 2654/2021/SEI-MCOM (7583415), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Renovação (7368627), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 08/06/2021, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7585986** e o código CRC **7690E250**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 5024/2021/@setor@ - Processo nº 01250.009357/2019-92 - Nº SEI: 7585986

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.009357/2019-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3020/2021, com aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 2654 de 19 de maio de 2021, publicada em de 19 de maio de 2021, que renova a outorga da Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó (C.N.P.J. nº 05.640.770/0001-12), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de São José do Seridó, estado do Rio Grande do Norte.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19141/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.009357/2019-92.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/09/2021, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8091687** e o código CRC **DC9A4466**.